

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DESSO**

**RANA DANIELLE ALVES CLEMENTINO**

**DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO  
CFESS**

**NATAL RN**

**2014**

RANA DANIELLE ALVES CLEMENTINO

**DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO  
CFESS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Silvana Mara de Moraes dos Santos.

NATAL RN

2014

**RANA DANIELLE ALVES CLEMENTINO**

**DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO  
CFESS**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª Drª Silvana Mara de Moraes dos Santos  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Orientadora

---

Profª Drª Andréa Lima da Silva  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Examinadora

---

Annamaria de Araújo  
Assistente Social do Centro de Referência em Direitos Humanos do RN  
Examinadora

**NATAL/RN**

**2014**

***DEDICATÓRIA:***

*Dedico esse trabalho a todas/os Assistentes Sociais*

*Que ousam travar a luta cotidiana por direitos,*

*Por uma sociedade justa, com valores realmente libertários,*

*Mesmo em uma conjuntura onde o recrudescimento do conservadorismo seja  
imperante.*

## **AGRADECIMENTOS:**

*“O que não provoca minha morte faz com que eu fique mais forte”.*

Friedrich Nietzsche

Agradeço a todas as pessoas que estiveram presentes em minha vida e que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Agradeço a minha família pelo esforço, dedicação e motivação sem os quais jamais teria conseguido alcançar os objetivos.

Aos professores e professoras que de alguma forma contribuíram para a minha formação.

A minha professora e orientadora Silvana Mara, da qual nunca esquecerei os ensinamentos e a dedicação em me orientar, e que compartilhou esse momento de construção na minha vida através de sua profissão que para além de profissão é uma arte, que “contribui para a maior de todas as artes, a arte de viver”. (Bertolt Brecht).

Enfim, agradeço ao curso de Serviço Social da UFRN por ter me possibilitado um redescobrimto do mundo em que vivo.

## Notícias da vida real (Andréa Lima)

*Abro a agenda cotidiana  
os dias estão marcados pela barbárie,  
pelo ocaso dos direitos.  
O império dos fundamentalismos, das  
injustiças se erguem com mais força neste  
tempo incomum.  
Tempo da vida apressada, dos afetos  
aligeirados, do pragmatismo,  
da má educação tão corriqueira.  
tempo indócil, de racismo, sexismo,  
homofobia.*

*Os dias são pautados de indelicadezas,  
Preconceitos.  
Nas manchetes de jornais  
As múltiplas expressões da violência  
Ganham as páginas e nelas  
Há uma Maria violada nos seus direitos,  
Há um povo impedido de ter e SER.*

*Na ausência da liberdade, da justiça,  
amores entre pessoas do mesmo sexo  
são proibidos  
retaliados, inquiridos,  
viram piadas homofóbicas,  
viram crimes de ódio para debelar*

*o que chamam de Estado de direito.  
(...)  
Neste país de “infância negada”  
crianças são jogadas em rios, das janelas  
de edifícios.  
São elas moradoras de rua,  
Vítimas do descaso do Estado,  
Filhos e filhas de nossa indiferença.  
(...)  
A história nos ensina que nada de graça  
Nos foi dado.  
Teremos que cozer sonhos, fechar feridas  
Sair dos guetos, ocupar a terra,  
arrancar de nós o medo, a apatia, essa  
sensação de fracasso que, as vezes, nos  
imobiliza.  
Teremos que apitar mais alto para dizer  
não à violência doméstica,  
acender em nós a chama para o bom  
combate.  
Serão léguas e léguas para caminhar,  
varando a noite em claro,  
em agrestes quentes, em invernadas,  
mas teremos a certeza de que não  
caminharemos só,  
amanhã se abrirão outras páginas da  
agenda cotidiana  
e aí será uma outra história.....*

## RESUMO:

Esse trabalho monográfico tem como objeto de estudo o Serviço Social e a temática dos Direitos Humanos, a partir de uma análise histórica do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). A relação estabelecida entre o processo de renovação do Serviço Social e a inserção nas discussões e pautas de luta profissional da defesa dos direitos se constitui elemento importante para a profissão na realidade brasileira contemporânea.

Neste sentido este trabalho buscou investigar de que forma ocorreu a inserção da defesa dos direitos humanos na agenda político-profissional do CFESS, quais os principais temas e embates sobre direitos humanos presentes nesta agenda, como o Conselho se organiza e quais estratégias são tomadas na defesa destes direitos. A nossa pesquisa foi desenvolvida a partir uma abordagem qualitativa, com análises de relatórios anuais de atividades do CFESS e de documentos produzidos pela categoria profissional.

O trabalho é composto por quatro capítulos: o primeiro faz uma introdução ao tema; o segundo, faz uma abordagem histórica sobre os Direitos Humanos no mundo e na particularidade Brasileira, o terceiro: Direitos Humanos e Serviço Social: uma construção histórica, traz a discussão sobre o processo histórico de construção do Serviço Social crítico, Projeto Ético-Político e o direcionamento social da categoria no Brasil; e o quarto, O CFESS na Defesa dos Direitos, aborda o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social na luta por direitos humanos.

Deste modo buscamos refletir sobre a realidade atual da luta por direitos, no que concerne ao Serviço Social, procurando apreender as dificuldades e possibilidades encontradas pela categoria neste processo. Percebemos então que ainda há muito que fazer na luta por uma sociedade emancipada e que a defesa dos direitos humanos na sociedade do capital é uma estratégia importante.

**Palavras-chaves:** Direitos Humanos; Serviço Social; luta.

## ABSTRACT

This monograph has as its object of study Social Work and the theme of Human Rights , from a historical analysis of Federal Council of Social Service ( CFESS ) . The relationship between the process of renewal of Social Service and the inclusion in the discussions and guidelines for professional bout of advocacy is an important element for the profession in contemporary Brazilian reality .

In this sense this work investigates how was the inclusion of human rights in the political and professional agenda CFESS , what are the main themes and conflicts over human rights present in this book , as the Council is organized and what strategies are taken in defense of these rights . Our research was developed from a qualitative approach , with annual activity reports CFESS and documents produced by professional category .

The work consists of four chapters : the first gives an introduction to the topic ; the second is a historical approach on human rights in the world and Brazilian particularity, the third : Human Rights and Social Work: a historical construction , brings the discussion about the historical process of the Critical Social Work , Project Ethical - Political and the targeting of social class in Brazil ; and the fourth , The CFESS in Defence of Rights , addresses the role of the Federal Council of Social Service in the struggle for human rights .

Thus we reflect on the current reality of the struggle for rights , with regard to Social Service , seeking to grasp the difficulties and opportunities encountered by category in this process . We realized that there is still much to do in the struggle for an emancipated society and the defense of human rights in the society of capital is an important strategy .

**KEYWORDS:** Human Rights; Social Service; fight.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:**

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CRDH – Centro de Referência em Direitos Humanos

COFI – Comissão de Fiscalização do Exercício Profissional

CEDH – Comissão de Ética e Direitos Humanos

ENESSO –

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CNI – Conselho Nacional do Idoso

## SUMÁRIO:

<b>CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO:</b> .....	<b>12</b>
---------------------------------------	-----------

<b>CAPITULO II - DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA:</b> .....	<b>15</b>
---	-----------

1.1 A HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO, A PARTICULARIDADE DO BRASIL.....	15
--	----

1.1.1 Análise Histórica dos Direitos Humanos no Mundo: Avanços e Retrocessos.....	16
---	----

1.1.2 <i>Consolidação do capitalismo: a barbárie travestida de um pseudo discurso humanitário</i> .....	20
---	----

1.1.3 Particularidade brasileira: regressão de conquistas sociais .....	26
---	----

1.2 Direitos Humanos e Serviço Social: uma introdução ao debate .....	28
---	----

<b>CAPÍTULO III - DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA:</b> .....	<b>31</b>
--	-----------

3.1 Projeto Ético Político do Serviço Social: um resgate histórico-teórico-metodológico do processo de renovação crítica e a direção social da categoria profissional no Brasil .....	32
---	----

3.1.1 <i>Direitos Humanos e projeto ético político: desafios e possibilidades no capitalismo contemporâneo.</i> .....	39
---	----

3.2 Direitos Humanos, Trabalho e Riqueza no Brasil: um debate necessário .....	44
--	----

3.2.1 Serviço Social e Sociedade Capitalista. ....48

3.2.2 Projeto Profissional do Serviço Social: “na luta pela conquista, consolidação e ampliação de direitos, no horizonte de luta pela emancipação humana”. ....48

**CAPITULO IV – O CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL NA DEFESA INTRANSIGENTE DOS DIREITOS HUMANOS ..... 51**

4.1 A INSERÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA AGENDA POLÍTICO PROFISSIONAL .....52

4.2 AÇÕES ESTRATÉGICAS NA LUTA COTIDIANA POR DIREITOS. ....53

4.3 “LUTA POR DIREITOS, ROMPER COM A DESIGUALDADE: O QUE O SERVIÇO SOCIAL DEFENDE”. ....61

**CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 62**

**BIBLIOGRAFIA ..... 65**

**APÊNDICES ..... 69**

## 1 INTRODUÇÃO

**N**os últimos anos o Serviço Social brasileiro tem avançado criticamente na luta pelos direitos humanos e tem concretizado um direcionamento profissional que é hegemônico e que defende a liberdade, a igualdade e a emancipação humanas como elementos percursores e essenciais na vida em sociedade.

O interesse em estudar a temática dos direitos humanos e sua inserção na profissão, particularmente o conselho Federal de Serviço Social e sua importância histórica, é fruto de reflexões que foram motivadas durante o estágio curricular em Serviço Social, no Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) e todo o processo em minha formação construído. O CRDH<sup>1</sup> é um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da República, criado através de uma iniciativa desta instituição no ano de 2011, e compõe uma estrutura nacional<sup>2</sup>.

Neste sentido, tivemos muitas possibilidades para estudar, analisar e apreender sobre os profissionais e a perspectiva de direitos humanos trabalhada por estes, que se diferenciava em muitos aspectos, como por exemplo, a apreensão da realidade de maneira crítica e o modo como procediam diante de situações cotidianas. Devido o CRDH ser um projeto que trabalha na defesa dos direitos humanos e tendo em seu corpo profissional a atuação de assistentes sociais tivemos a possibilidade de ter um contato com o trabalho destes e surgiu-nos a possibilidade de estudar como a “temática” direitos humanos é inserida na profissão e qual a importância do Conselho Federal de Serviço Social enquanto uma entidade de representação da categoria de assistentes sociais que defende os direitos humanos intransigentemente.

A estrutura do trabalho está disposta da seguinte maneira: no segundo capítulo faremos uma análise histórica dos direitos humanos no mundo e no Brasil

---

<sup>1</sup> Projeto do Centro de Referência em Direitos Humanos, 2011. O CRDH tem como objetivo “fortalecer uma cultura de promoção dos direitos humanos fundamentais, inerentes a todas as pessoas”. Recebe denúncias de violações de direitos e as encaminha aos órgãos competentes que atendem estas violações.

<sup>2</sup> Quando falamos aqui em estrutura nacional queremos referenciar os outros CRDH’s espalhados por todo o Brasil.

em seus avanços e retrocessos históricos e discutiremos estes direitos na consolidação do capitalismo.

No terceiro capítulo, intitulado de “**Direitos Humanos e Serviço Social: uma construção histórica**”, analisaremos o processo de construção histórica do Serviço Social crítico, o Projeto Ético-político Profissional – fruto do processo de renovação do serviço social.

Trataremos também da problematização sobre trabalho e riqueza na sociedade brasileira, no item “Direitos Humanos, Trabalho e Riqueza no Brasil: um debate necessário”.

No quarto capítulo “**O CFESS na defesa dos direitos**” trataremos da inserção dos direitos humanos na agenda político profissional do Serviço Social brasileiro e abordaremos as ações estratégicas realizadas pelo conselho na defesa dos direitos.

**CAPITULO II**  
**ANÁLISE HISTÓRICA DOS DIREITOS**  
**HUMANOS**

## **CAPÍTULO II - DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA**

Neste ponto iniciaremos uma contextualização histórica sobre estes DH, uma problematização que objetiva refletir sobre como ocorreu a “processualidade” histórica da “constituição” dos DH no mundo.

Pensar em Direitos Humanos na atualidade é pensar em como direcionamos nossa análise, neste estudo optamos por reconhecer que é necessário defender estes direitos, uma vez que a sociabilidade capitalista<sup>3</sup> não permite que todas as pessoas tenham a mesma condição de acesso aos meios necessários para uma vida digna em sociedade.

Para tanto, para que possamos fazer a análise sobre as condições da vida em sociedade e entender porque na contemporaneidade se faz necessário afirmar o óbvio, ou seja, a defesa dos direitos, é de extrema importância que analisemos a construção histórica dos direitos humanos.

Não podemos, portanto, enquadrar a questão aqui discutida numa superficialidade a-histórica, necessitamos fazer a crítica necessária do processo histórico, optamos, então, por uma análise da “história social dos Direitos Humanos”<sup>4</sup>. Desta apreendemos que é intrinsecamente necessário esta problematização para que possamos trazer algumas considerações para pensarmos o nosso campo de estágio.

### **1.1 A HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO, A PARTICULARIDADE DO BRASIL**

Trabalhamos neste tópico a análise do movimento histórico e social da construção dos Direitos Humanos, mostrando o contexto mais amplo da história e contribuindo para refletirmos sobre os desdobramentos na sociedade, seus avanços e retrocessos.

---

<sup>3</sup> Que tem enquanto elemento fundante a desigualdade e a constante violação dos direitos humanos.

<sup>4</sup> Como bem referencia Trindade (2011) em seu livro “História Social dos direitos Humanos”.

### 1.1.1 Análise Histórica dos Direitos Humanos no Mundo: Avanços e Retrocessos

Partimos do pressuposto de que o estudo sobre Direitos Humanos deve ser desenvolvido sob uma base de uma análise crítica, histórica e social que procura apreender a constituição dos direitos humanos. Diferentemente de muitos que costumam tratar a temática de uma forma desistoricizada e a-histórica, procuraremos aqui desenvolver uma a problematização que se aproxime ao máximo da realidade.

Em diversos momentos históricos o termo direitos humanos foi utilizado indiscriminadamente por pessoas que na maioria das vezes “infringiam” os preceitos humanitários estabelecidos pelas cartas, declarações ou tratados que discorriam sobre Direitos Humanos, sendo por vezes colocado de uma forma judicializada, desprendida de sua efetiva materialização na realidade. Começamos, portanto, a analisar o período histórico que dá início ao uso do termo DH de uma forma contraditória e imbuída de avanços e retrocessos históricos, e o motivo de sua utilização “a torto e a direito” por sujeitos sociais que em suas ações não compactuam da realização dos Direitos Humanos.

Durante milênios, nas sociedades, foi verificada a existência de um complexo de informações resultante do processamento histórico do homem sobre “Direito”. A denominação Direitos Humanos que temos hoje, em outros tempos poderia ser outra, mas o significado atual do que é DH toma proporções avassaladoras com o advento do capitalismo. Devemos entender que anteriormente os produtos resultantes de sua problematização em sociedade não eram muito visíveis, mas não porque não era o terreno ou momento propício, ou até mesmo porque os sujeitos da época estavam satisfeitos com sua situação social, mas sim porque para a burguesia, nos momentos finais do feudalismo, viu como necessária a implantação da ideia de direitos, da ideia da liberdade para que sua proposta de sistema de produção viesse a calhar.

Como sempre, e desde o início de seu sistema, uma das classes fundamentais do capitalismo toma proveito das situações históricas, seja através de uma revolução, como no final da Idade média, seja através do conservadorismo que se faz presente na atualidade. Contraditoriamente, porque o que devíamos esperar do novo sistema era uma revolução propriamente dita num sentido de progresso da humanidade, no entanto, o que podemos ver é que quanto mais se apegou a



liberdade, na sociabilidade capitalista, e quanto mais o desenvolvimento tecnológico avança, mais podemos ver desigualdades, injustiças e individualismo. Resta nos perguntarmos o seguinte: é isso mesmo que queremos, uma forma de organização social (em sua produção e reprodução da vida social) que ao mesmo tempo em que traz consigo uma série de avanços, padece através de relações sociais pautadas no individualismo, na irracionalidade, na ganância, na desigualdade, e na constante violação de direitos, levando a cabo todas as conquistas sociais advindas das lutas históricas engendradas na sociedade?

Os primórdios da história revolucionária da burguesia nos trazem muitos questionamentos, como por exemplo: qual a pretensão desta revolução? E quais os verdadeiros interesses da burguesia nesta revolução? Era a emancipação humana? É o que veremos.

É no limiar da Idade Média onde o Feudalismo se coloca enquanto um modo de produção e reprodução da vida em sociedade pautada na estratificação social (baseada no pilar do Privilégio do nascimento), ou seja, as castas, como eram chamadas as classes sociais, não tinham nenhuma mobilidade social, quem nascia pobre tinha enquanto destino permanecer pobre para o resto da vida, da mesma forma que os nobres “se mantinham” em um status social “permanente”. Assim, a vida das pessoas era vinculada ao modo de produção diretamente, sendo parte e processo de todas as dimensões da vida social, principalmente no que concerne a organização em sociedade. Ou como explica Trindade (2002: 18):

O Feudalismo foi modo de organização da sociedade e da produção social que dominou, durante um período imenso da história, toda a Europa [...]. Sua primeira característica a que convém chamar a atenção é que se baseava numa rígida estratificação social fundada no princípio do privilégio de nascimento. Daí derivavam amarras sobre todas as atividades e sobre toda a vida das pessoas.

As atividades laborativas, neste período estavam estritamente ligadas á terra, havendo pouquíssimo movimento de trocas, coisa que permitiu a nobreza um controle sobre todo o modo de produção durante um longo tempo, uma vez que ela detinha o poder da terra. O feudo, lugar onde se fazia a economia das sociedades feudais, era dominado por um “senhor”, e era constituído de grandes dimensões de terras onde eram plantados, pelos servos, alimentos que garantiam a sobrevivência e a riqueza na economia feudal. Os servos eram aquelas pessoas que não tinham

terra e que precisavam sobreviver, sendo assim explorados em virtude de sua condição social e da ganância dos nobres da época.

As relações entre servos e senhores no modo de produção feudal eram desiguais, pois na medida em que o servo tinha como “função” cuidar da terra e ser explorado em todas as dimensões de sua vida, os senhores, que poderiam ser reis ou pessoas ligadas ao clero, por sua vez, desfrutava de regalias disponibilizadas pela exploração dos “seus servos”, que mantendo a relação com a terra tiravam dela os meios necessários de sobrevivência e riqueza, sendo a base do sistema de produção feudal, ou como bem explica Trindade (2002: 18-19):

Na fase áurea do feudalismo essas amarras eram muito fortes e decorriam do próprio modo como a economia da sociedade estava organizada. Como a terra era praticamente a única fonte de sobrevivência e riqueza, e conservada como bem “fora do comércio”, seu controle por nobres e membros da alta hierarquia da Igreja garantia-lhes um imenso domínio político, jurídico e ideológico sobre a população.

Nesta economia não existiam excedentes que pudessem favorecer a troca para fora do feudo, e este ficava responsável apenas pela produção de subsistência. Outro elemento importante é que neste período quase não existia a mobilidade social, ou seja, os sujeitos não tinham a perspectiva de mudança de seu “status” em sociedade. A ideologia da religião ajudava muito a esta “imobilidade social”, já que naquela época ela era muito forte, de modo a também se fazer presente em todas as dimensões da vida, sendo quase que em todas às vezes uma doutrina a ser seguida, que servia para preservar o sistema, ou de acordo com Trindade (TRINDADE, 2002: 20): “A onipresente ideologia religiosa condenava a usura como pecaminosa, o lucro como imoral, a ambição de enriquecer como certeza de danação infernal”. Esta ideologia servia como contenção para as revoltas surgidas pelas insatisfações quanto ao sistema, ou seja, era “um retrato estatístico da economia feudal clássica, útil para efeito de contraste” (Idem, 2002: 20).

Esta história começa a se modificar em virtude de vários resultantes históricos e “fatores impulsionantes” que iremos analisar a seguir.

O despovoamento, que aconteceu na Europa Ocidental, alavancado pela peste negra<sup>5</sup> veio a contribuir para a escassez de trabalhadores no sistema feudal. Como este sistema erigiu e se manteve durante séculos através dos trabalhadores o advento da Peste Negra, e a dizimação ocorrida, veio a intensificação do movimento histórico de insatisfação dos trabalhadores quanto ao sistema de produção feudal. A resistência a mudança por parte dos governantes foi imensa, no entanto,

[...] A marcha das forças econômicas não podia ser sustada pelas leis governamentais do período. Era forçoso o choque entre senhores e trabalhadores da terra. [...] No passado, o ódio provocado pela opressão esmagadora resultara em violentas revoltas de servos. (TRINDADE, 2002: 22)

Iniciaram-se revoltas de camponeses, no século XIV, que não podiam ser mais contidas como antes. Os trabalhadores se colocavam neste momento em uma posição “potente”, fator impulsionado pela parca mão de obra e pela insatisfação quanto as relações sociais existentes no período.

O movimento de revoluções se instaurava na Europa Ocidental, não só nos campos, mas também nas cidades, e fazia eclodir uma sequência de revoltas que resultou no início do fim do sistema de produção feudal. Neste momento histórico “surge” a burguesia<sup>13</sup> enquanto um sujeito novo, que já vinha anteriormente se incorporando no processo, e demonstrou que “não estava para brincadeiras”, tinha grandes pretensões. Trazendo a problematização de Trindade (2002: 24): “‘Burgueses’, inicialmente, era a denominação genérica dos habitantes dos ‘burgos’, pequenas cidades que surgiam nos cruzamentos de rotas comerciais [...]”. Através de artimanhas e da capacidade que tinha de se entrosar nas relações feudais a burguesia foi se “desenvolvendo” dentro do feudalismo, no entanto, este modo de organização social não tinha compatibilidade com as ambições burguesas e se colocavam enquanto uma amarra que impedia os seus pensamentos de enriquecer elaborando outras formas de produção, de trabalho.

As reivindicações camponesas de certa forma interessaram a burguesia, pelos motivos já colocados, e com isso a sua inserção no processo revolucionário se deu pela capacidade que ela teve de perceber que este momento seria propício para se tirar proveito da situação. A pressão de forças econômicas fez com que a

---

<sup>5</sup> A peste negra foi uma epidemia causada por ratos contaminados oriundos da região do Mar Negro, vindos em navios mercantis na Europa, que chegou a dizimar cerca de um terço da população do continente Europeu. Este “evento histórico” aconteceu por volta dos anos de 1347.

organização feudal entrasse em decadência e por volta do século XV iniciaram as modificações no modo como era gestada a força de trabalho. As conquistas dos trabalhadores, que vinham travando uma luta contra o trabalho servil, só agora começavam a se evidenciar. Surge a partir daí a concepção da terra enquanto propriedade “privada”, sendo vendida e comprada, determinando o fim do Regime Feudal e iniciando um novo período da humanidade, “um novo e revolucionário modo de produção, de organização social e de domínio do mundo, das coisas e das pessoas forcejava seu próprio parto [...] conhecido com o nome de ‘capitalismo’”. (TRINDADE, 2002:26)

### *1.1.2 Consolidação do capitalismo: a barbárie travestida de um pseudo discurso humanitário*

No processo de constituição do Modo de Produção Capitalista (MPC), tendo como um dos agentes revolucionários a burguesia, podemos evidenciar a consolidação de um sistema que em si apresenta contradições tremendas, a ponto de colocar em xeque a ordem social instaurada com a derrocada do Feudalismo.

Entendendo este processo de fundação e consolidação do MPC, pautado na constituição de “classes fundamentais” e justificado por uma desigualdade fundante onde se faz presente a expropriação dos meios de produção e constituição da propriedade privada enquanto elemento que dá base ao processo de divisão social do trabalho e das relações de troca através do valor de uso e valor de troca, evidenciamos a exploração de uma classe social sobre outra<sup>6</sup> e a contradição no que concerne a apropriação de alguns sobre a riqueza que é socialmente produzida.

Nesta conjuntura é que situamos os Direitos Humanos, que nos moldes capitalistas se coloca enquanto contraditório e ao mesmo tempo imprescindível, uma vez que a forma de sociabilidade atual se materializa de forma brutal violando constantemente os direitos que foram socialmente conquistados. Neste sentido situamos um aspecto importante a ser problematizado discutido por Meszáros:

---

<sup>6</sup> No capitalismo a exploração acontece através de relações em que a classe social que detém os meios de produção (a capitalista ou burguesa), adquiridos com o advento da propriedade privada, explora a classe que a única coisa que tem para a sobrevivência, na situação social instaurada de valoração e coisificação de todas as coisas e seres, é a venda de sua força de trabalho em condições desfavoráveis, exploratórias e alienantes.

Os direitos humanos de “liberdade”, “fraternidade” e “igualdade” são, portanto, problemáticos [...], não por si próprios, mas em função do contexto em que se originam, enquanto postulados ideais abstratos e irrealizáveis, contrapostos a realidade desconcertante da sociedade de indivíduos egoístas. Ou seja, uma sociedade regida pelas forças desumanas da competição antagônica e do ganho implacável, aliados à concentração de riqueza e poder em um número cada vez menor de mãos. (MESZÁROS, 2002: 168):

É entendendo estes aspectos que conseguimos problematizar devidamente os DH na contemporaneidade e podemos chegar à conclusão de que entender a perspectiva de direitos construída pela sociedade do capital pode não condizer com os postulados revolucionários alavancados pelos trabalhadores na revolução burguesa.

Na contemporaneidade a problematização dos DH tem tomado proporções tamanhas e com isso somos levados a pensar porque esta discussão vem se expandindo desta forma. É incomensuravelmente correto afirmar que com intensificação das relações de exploração capitalista na sociedade contemporânea ocorre que as consequências para a sociedade se expressam das mais variadas formas.

Assim, apreendemos que o aumento da problematização dos direitos humanos na atualidade se dá em consequência da intensificação das formas de violações de direitos na forma de sociedade do capital, onde o lucro e a acumulação aparecem acima de tudo, inclusive do humano. Com isso somos levados em nosso movimento de análise a compartilhar dos questionamentos de Tonet (TONET, 2002: 1):

Juntamente com a cidadania e a democracia, a problemática dos chamados Direitos Humanos tem assumido, nos últimos tempos, uma importância toda especial. Isto, provavelmente, pode ser atribuído a dois motivos interligados. O primeiro seria o fato da maior consciência que a humanidade está adquirindo da importância destes direitos para a construção de uma sociedade mais justa. O segundo seria o fato de que os desrespeitos a estes direitos também assumiram maior contundência e maior intensidade.

Neste sentido, é imprescindível tecer considerações críticas no que diz respeito aos DH na atualidade para não cairmos num entendimento de senso comum que comungue das aspirações desistoricizadas e desprovidas de um “senso de realidade”. Ou como nos esclarece Barroco (2005): “Todo conhecimento que pretende superar o que está dado e sua aparência supõe uma postura de

questionamento ou certa indignação em face do presente”. É este questionamento que precisamos desenvolver para superação de uma visão empírica e superficial da realidade.

É curioso o modo como a burguesia, em seu processo histórico, se “transforma”, passa de classe revolucionária, quando reivindica igualdade, liberdade e fraternidade em um momento da história, para classe conservadora na contemporaneidade, afirmando uma ética e uma moral baseada em um senso comum falseado, mistificando as relações sociais.

É situando os direitos humanos neste contexto histórico de contradição que entendemos sua trajetória histórica e trazemos a crítica necessária para a apreensão destas contradições, e como afirma Santos:

Os Direitos Humanos (DH) possuem uma trajetória histórica complexa e permeada por contradições, que tanto revelam sua utilização como instrumento de dominação ideológica da burguesia, como também se constituem, por meio de determinadas lutas, possibilidades de resistência às formas de exploração e de opressão típicas da sociedade capitalista. (SANTOS, 2009: 30)

Com a consolidação do capitalismo, na contemporaneidade percebemos que as relações sociais engendradas na sociedade são contraditórias. Estas relações se enchem de argumentos reacionários, pautadas pelo sexismo, homofobia, transfobia, lesbofobia, racismo, e outras formas de preconceito que arraigados aí são reportados através da ética capitalista enquanto uma forma de estabelecer a moral “criada neste e para este modo de produção”. Todas estas questões necessitam de um enfrentamento político, já que as relações sociais forjadas no capitalismo atendem a um modo de pensar autoritário, antidemocrático e que não representam a defesa real de direitos humanos.

É neste sentido que devemos orientar nossa análise sobre direitos humanos, trazendo a crítica que ultrapassa a forma judicializada e individualizada com que são tratados na sociabilidade capitalista. Afinal o capitalismo quer pessoas livres, e que tenham direitos, para serem exploradas cotidianamente. Perguntamo-nos que liberdade e que concepção de igualdade queremos? O capitalismo propiciará a emancipação humana?

É importante pensarmos sobre a vida social, analisando todos os seus pilares de sustentação para podermos chegar a uma análise realista sobre os DH. É fácil

falar com base no senso comum e dizer que as condições postas hoje são as ideais e que as necessidades humanas irão ser satisfeitas pelo atual modo de produção através da inserção dos indivíduos na sociedade de mercado. No entanto, é difícil entender, de uma forma politizada, ética e essencialmente humana, fazendo uma análise baseada na crítica e na realidade histórica, que o atual modo de produção produz e reproduz incessantemente desigualdades e relações que não representam o sentido ontologicamente construído de ser Homem<sup>7</sup> enquanto ser genérico, livre na essência da palavra e emancipado.

Estas desigualdades e contradições vão para além do entendimento superficial da contradição primordial do capitalismo<sup>8</sup>. Elas se encontram expressas na vida social, enquanto resultantes históricos que perpassam e são perpassados por uma lógica de organização da sociedade que não permite, no que diz respeito às pessoas, o “simples” acesso aos bens e serviços. Isto está expresso no cotidiano da maioria da população que precisa ter acesso a saúde, educação, moradia, etc., públicas, mas que ao procurar estes serviços encontra vários problemas (sucateamento, seletividade, etc.) que perpassam as políticas e os direitos sociais.

A opressão e exploração fazem parte desta sociedade de classes, sociedade que procura atender aos interesses das classes dominantes, que ao mesmo tempo em que sustenta a defesa os Chamados “Direitos Humanos” se vê diante de situações de extrema banalização da vida. É comum vermos as próprias pessoas que estão em situação de violação de direitos terem pensamentos que contradizem uma perspectiva de direitos humanos pautada na defesa do humano propriamente dito. Exemplo disso é a defesa, descaracterizada e, portanto desqualificada do processo de entendimento do real, da pena de morte e de outras tantas barbaridades produzidas e reproduzidas na sociedade capitalista, é um processo contínuo de dominação ideológica que se faz presente nos mais simples pensamentos, falas e ações que diariamente reproduzimos consciente ou inconscientemente.

Estes pensamentos, portanto são frutos de um modo próprio de produção que coloca a defesa de relações “coisificadas” entre as pessoas, um modo de produção

---

<sup>7</sup> Sempre que nos referimos ao sujeito Homem aqui estamos falando dele enquanto um ser genérico, portanto homens e mulheres.

<sup>8</sup> Contradição disposta pelo próprio modo de produção enquanto parte integrante que coloca a desigualdade enquanto um “modus operante”.

e de sociabilidade que fantasia e falsifica a realidade ao seu bel prazer para poder predominar e se fazer presente em todos os momentos da vida em sociedade.

Pensar em direitos é pensar que eles foram socialmente conquistados e que para tal conquista poder ser afirmada houve um processo de construção de espaço político e social para problematização dos mesmos. A perspectiva capitalista a cada dia vem trazendo elementos que desqualificam estas conquistas suprimindo a concepção de direitos apenas a uma visão ligada à emancipação política.

O projeto capitalista não prioriza o Homem enquanto ser histórico, que constitui a sociabilidade onde vive, e sim a acumulação em seu círculo frenético e contínuo. Desta forma é importante que entendamos que uma análise crítica sobre direitos humanos deve se embasar de uma superação dos próprios direitos humanos como infere em sua tese Tonet (2002, p. 01) quando afirma que *“a luta pelos chamados direitos humanos só adquire seu pleno e mais progressista sentido se tiver como fim último a extinção dos próprios direitos humanos”*.

Percebendo a sociabilidade do capital e seu modo de produzir e reproduzir relações sociais contraditórias, concluímos que os elementos aqui analisados precisam ser mais discutidos, na busca pela superação do conservadorismo que impera na contemporaneidade. Este conservadorismo se expressa através do patriarcado, do sexismo, da desigualdade, da xenofobia e dos diversos tipos de opressões e violências vividas pela maior parcela da população, e que estão presentes no dia-a-dia reportando diversos tipos de ataque ao que se expressa enquanto diferente e destoante à ordem.

Nesta sociabilidade, neste modo de produção social, de organização da vida em sociedade, se faz necessário a defesa intransigente dos direitos humanos. É imprescindível a criação de estratégias de luta e resistência que se direcionem para o enfrentamento político da questão, objetivando a luta pelos direitos imediatos, mas tendo como norte a emancipação humana. É necessário, portanto, a

Luta pela primazia do Estado nas políticas sociais públicas; Luta pela expansão do investimento público estatal na área social e combate às políticas focalistas, segmentadas e descontínuas; Luta pela alteração d'as políticas de contra-reforma [...]; Luta por uma nova ordem societária por meio da articulação dos segmentos sociais que pactuam com os princípios da liberdade, justiça social, democracia e cidadania (CFESS, 2004).



A problematização sobre o Estado se constitui elemento imprescindível para pensarmos na real conquista de direitos humanos nesta sociabilidade. É no panorama da *contrarreforma do estado*<sup>9</sup> (no Brasil) que, na atualidade, os serviços de ordem pública são sucateados pela iniciativa privada.

Argumentos que afirmam o discurso que o Estado não funciona são cada vez mais constantes e disseminados na sociedade, base de afirmação e de fundamentação para justificar a privatização de serviços que deveriam ser gratuitos e de qualidade. A naturalização do “Estado de coisas” atual é a forma mais errônea e mais fácil<sup>10</sup> de se discutir a situação. Devemos, portanto, pautar no terreno da crítica a discussão sobre Estado num sentido de inferir que este Estado tem enquanto “papel” histórico<sup>11</sup> assegurar os direitos que foram socialmente conquistados.

Assistimos a cada dia a institucionalização da barbárie e muitas vezes esta é naturalizada pela própria “ordem”. No entanto, necessitamos criar estratégias de enfrentamento a essa conjuntura, sem sucumbirmos a esta lógica onde a violação dos direitos humanos é uma constante. O desafio é grande diante da ofensiva neoliberal, mas é base para a fundamentação da luta da população e de categorias profissionais, como o Serviço Social, pela garantia dos direitos.

Dessa forma, torna-se uma condição intrínseca pensar e implementar estratégias para defender os direitos humanos no contexto atual da sociabilidade capitalista ao mesmo tempo em que é imprescindível e legítimo a luta pela ampliação e consolidação dos Direitos Sociais, evidenciando a complexidade da vida em sociedade e das relações que foram sendo produzidas e reproduzidas pelos sujeitos que dela fazem parte, e tendo como objetivo maior a busca constante pela igualdade, liberdade, tendo como horizonte a emancipação dos sujeitos sociais.

---

<sup>9</sup> Termo utilizado por BEHRING e BOSCHETTI (2011) para designar uma “oposição ao termo “reforma” utilizado pela ideologia neoliberal. Esta preza e tem enquanto estratégia a privatização do aparelho público modificando a gerência. dos serviços.

<sup>10</sup> Esta argumentação constata que nem sempre o caminho mais fácil para se chegar a alguma apreensão é a melhor forma de problematizar algum assunto.

<sup>11</sup> Não estamos falando aqui de um Estado Socialista, pois neste parâmetro este Estado não existiria, mas num Estado que nestas condições não atue no sentido de privilegiar uma classe social que tem seus privilégios, mas sim que esteja atuando na direção de garantir os direitos da classe trabalhadora que historicamente é explorada, expropriada de seus direitos e oprimida constantemente.

### 1.1.3 Particularidade brasileira: regressão de conquistas sociais

Os ganhos obtidos pela classe trabalhadora nos finais dos anos de 1980<sup>12</sup>, na década posterior, sofrem um movimento de regressão com a implementação de políticas que atacam diretamente a realidade brasileira. Com isso, e entendendo o movimento constante da busca pela recuperação da acumulação por parte do capital, as consequências para os resultados das lutas quanto aos Direitos Humanos dão início à um processo de retrocesso.

Liberdade individual e igualdade perante a lei são respaldadas hoje, como também o foram nos tempos da burguesia revolucionária, como a única solução para a classe trabalhadora, que alavanca um modo de produção sob a regência da burguesia nascente da época entre 1829 e 1834 na França. Esta tal liberdade apregoada no capitalismo como bem podemos “constatar” é bandeira capitalista até os dias atuais, pois na medida em que os trabalhadores possam ser “livres”,<sup>13</sup> isto também pode ser utilizado para lhes “impor” um modo de produção e reprodução da vida social em que o indivíduo se prende a um modo de ser que o que tem a lhe oferecer é a estagnação de suas forças vitais e espirituais e contraditoriamente os colocam enquanto “sujeitos de direitos”, ou seja, o indivíduo é livre apenas para vender sua força de trabalho.

Desta forma entendemos que “toda negação de Direitos é configurada enquanto uma violação”, e na sociedade do capital quanto mais sucumbirmos a sua lógica de produção e reprodução de relações sociais coisificadas estamos bestializando um mundo que diga-se de passagem deveria atender aos interesses de todos e não de uma pequena parcela da sociedade.

Na medida em que o capitalismo instituiu a propriedade privada enquanto elemento essencial a sua existência, instituiu também a desigualdade como uma precondição para o sistema. A violência diária dos que são assolados pelos males do capitalismo nos deixa atônitos muitas vezes e nos faz pensar em como seria se tudo no modo de produção atualmente existente fosse diferente.

---

<sup>12</sup> A década de 1980 foi marcada pelo conjunto de lutas da classe trabalhadora por conquistas no que concerne aos direitos sociais apagados pela ditadura militar iniciada em 1964. Foi através destas lutas que muitos dos direitos sociais, trabalhistas, que existem hoje foram conquistados e na atualidade sofrem rebatimentos da ofensiva neoliberal. Enfim esta década representou para a sociedade brasileira um momento da história em que a classe trabalhadora se impôs na luta pelos seus direitos.

<sup>13</sup> Livres para vender sua força de trabalho e ser explorado pelos “donos do mundo” de forma totalmente subjugada e submetidos a uma ideologia falseada.

A forma desumana como se processa o contexto de violações de direitos no Brasil desde muito tempo vem trazendo a tona a discussão sobre Direitos Humanos. Numa conjuntura onde se adensam cotidianamente formas de violações de direitos, e onde se verifica uma base social erigida em valores ancorados no conservadorismo, que historicamente tem fundado a forma de pensar as relações sociais no país, é comum se falar sobre DH. Mas esta problematização tem se dado de uma forma totalmente distorcida da realidade, sendo imprescindível um debate mais crítico com o objetivo de não cairmos no senso comum e seus postulados.

O imperialismo do grande capital introduziu no Brasil uma vivência pautada na lógica capitalista de coisificação de tudo, inclusive das pessoas e suas relações sociais. São os efeitos acumulativos do capital, com sua burguesia nacional, que insere esta lógica na vida cotidiana incidindo diretamente em aspectos da vida social.

A barbarização da vida humana nos leva a pensar em que nível chega a sociedade contemporânea, com seus avanços tecnológicos e em contraposição com as mais diversas formas de violações de direitos, ganhando ênfase no cenário local. Embasados e orientados pelas teorias conservadoras e intermediados pela força da coerção que é imposta pela classe dominante, na luta de classes, é que são dispostos no cenário brasileiro alguns pensamentos e ações voltados para opressão do que é diferente a ordem. As desigualdades sociais se fazem presentes em todos os aspectos da vida e somos chamados a pensar qual a relação entre o Estado e a sociedade numa realidade tão adversa quanto a sociedade brasileira.

O Estado, em seu caráter local, tenta buscar a contenção dos conflitos sociais e a intermediação de reivindicações de direitos através de políticas sociais, que na forma atual, se configuram enquanto seletivas e orientadas pela onda de neoliberalismo que teve início aproximadamente na década de 1990.

As “classes perigosas”, como sempre foram tratados os pobres no Brasil, são na verdade os que sofrem cotidianamente as violações de direitos. E a barbárie acaba sendo institucionalizada pela ideologia neoliberal e pela lógica neoconservadora que vem trazer, para sua afirmação, ideários xenofóbicos, racistas, homofóbicos, sexista e as mais diversas formas de expressão de uma “cultura” orientadas por pensamentos ultrapassados.

Predominantemente a desigualdade e a pobreza são naturalizadas, como se devessem ser constituintes da realidade humana, e a culpabilização do indivíduo é

uma constante. O controle social, por parte do Estado, que deveria ser encarado de uma forma positiva para atendimento da população, acaba por ter como objetivo a obtenção de um consenso imposto, fazendo com que a luta histórica entre as classes sociais que constituem o modo de produção capitalista, imperante em todo o mundo, seja colocada em segundo plano.

## 1.2 Direitos Humanos e Serviço Social: uma introdução ao debate

Na contemporaneidade a luta pela efetivação dos direitos humanos tem de ser adensada no sentido do aprofundamento da defesa intransigente da consolidação destes direitos direcionados por um sentido ético e político. Esta busca deve ser expressa através da recusa a banalização da vida social e a coisificação das relações sociais.

Na sociedade capitalista a busca pela materialização dos direitos humanos deve ser entendida enquanto patamar essencial, mas este deve também ser encarado como inicial, pois na perspectiva que trabalhamos a busca por estes direitos só será intermediada nesta sociedade, tendo como norte a emancipação humana.

O serviço social enquanto uma profissão que em sua construção histórico afirmou a defesa dos direitos humanos e expressou-a na conquista da construção de um projeto profissional ancorado em princípios ético-políticos divergentes da racionalidade conservadora. A luta histórica contra este conservadorismo, que muito tempo perpassou o serviço social, e que ainda o encontramos presente na atuação de muitos/as assistentes sociais, fez com que a profissão criasse enquanto direcionamento a atuação na busca pela materialização dos direitos humanos.

Em uma sociedade onde vemos cotidianamente a barbarização da vida social, através da repressão a movimentos sociais, da negação do acesso da população a serviços, e outras tantas violações, é imprescindível a defesa intransigente dos direitos humanos.

Neste sentido situamos a luta pela materialização dos direitos humanos enquanto um elemento importante a ser destacado em nosso trabalho. O serviço social trabalha na resposta as expressões da Questão Social<sup>14</sup> dispostas pela

---

<sup>14</sup> "A Questão Social diz respeito, assim, ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições

contradição ocasionada pelas consequências do capitalismo. A defesa destes direitos assume um caráter político de posicionamento dos/as Assistente Social que cotidianamente são obrigado a dar respostas as demandas que lhes chegam nos diversos campos sócio ocupacionais onde atuam.

São desafios enfrentados no dia-a-dia: romper com os valores conservadores que fundamentam o modo de pensar a vida em sociedade e que acabam por rebater na atuação do/a Assistente Social; se colocar, mesmo em um contexto de contradições na realidade dos campos de atuação, politicamente contra todas as formas de violações de direitos, e intervir com capacidade nestas situações; entender a importância de uma atuação política, sem cair no messianismo ou até mesmo no fatalismo; apreender o sentido histórico da profissão.

Desta forma a partir da problematização feita acima veremos nos próximos capítulos a processualidade histórica de construção do Serviço Social crítico da atualidade e que este defende.

**CAPÍTULO III**

**DIEITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL:  
UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA**

### CAPÍTULO III - DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

*A história nos ensina que nada  
de graça nos foi dado.  
Teremos que cozer sonhos , fechar feridas  
sair dos guetos, ocupar a terra,  
arrancar de nós o medo, a apatia,  
essa sensação de fracasso que, às vezes  
nos imobiliza.  
(Andréa Lima)*

**N**esse capítulo resgataremos a importância histórica do processo de construção do Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro e os desdobramentos dele para a categoria profissional na atualidade.

Tendo como base de desenvolvimento da análise as transformações ocorridas na sociedade brasileira entre as décadas de 1960 a 1990 e seus rebatimentos na profissão, bem como os tensionamentos e mudanças ocorridas na formação, no exercício e na organização da categoria.

Assim analisaremos a construção do Serviço Social crítico<sup>15</sup> e os desdobramentos da orientação sócio-política defendida pela categoria na atualidade, tema imprescindível a análise do nosso “objeto” de pesquisa: Direitos Humanos e Serviço Social: uma análise histórica do CFESS.

O capítulo reúne, portanto, elementos teóricos que dão subsídio para a apreensão do debate sobre a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social e o processo de ruptura com o conservadorismo profissional, que constituía a essência da profissão desde o seu surgimento.

O Serviço Social é instituído no Brasil enquanto profissão a partir da década de 1930 com a pretensão de conter os problemas sociais oriundos das classes trabalhadoras. Respondendo desta forma aos interesses e necessidades da burguesia nacional, o Serviço Social tinha enquanto orientação a forte influência da Igreja católica, o que foi chamado de bases confessionais.

---

<sup>15</sup> Entende-se aqui por Serviço Social Crítico o posicionamento ético político da profissão diante da realidade comprometido com valores profissionais que são resultado do movimento profissional de ruptura com o conservadorismo ocorrido entre as décadas de 1970 e 1990.

São nestes meandros que o conservadorismo da sociedade capitalista vai encontrar no Serviço Social um aliado na reprodução de suas relações sociais. E é tendo como pressuposto esta problematização que desenvolvemos nossa análise, na pretensão de evidenciar o desenvolvimento do processo que desembocou na ruptura com as bases conservadoras que orientavam a profissão, e como, orientada por princípios éticos e políticos diferentes, ela consegue romper com esta herança.

### 3.1 Projeto Ético Político do Serviço Social: um resgate histórico-teórico-metodológico do processo de renovação crítica e a direção social da categoria profissional no Brasil

Para darmos início a nossa problematização sobre Projeto Ético-Político do Serviço Social, é necessário fazermos uma breve análise sobre as determinações históricas e a conjuntura em que este projeto é construído. Partilhamos então do entendimento de que “o projeto profissional só adquire concretude se analisado a partir da conjuntura sócio-histórica” (Abramides, 2006), em suas múltiplas determinações.

Desta maneira é imprescindível a discussão acerca do processo histórico de construção do Serviço Social crítico, e da ruptura com as bases conservadoras que desde os primórdios do surgimento da profissão “ditavam” os caminhos a serem seguidos. É importante salientarmos aqui que não é nosso propósito desenvolver uma análise aprofundada sobre os fundamentos da profissão, pois sabemos que muitos autores já o fizeram, mas este processo de problematização é uma ferramenta importante para podermos apreender melhor nosso trabalho.

O Serviço Social crítico que temos hoje, sua orientação social, é fruto de um processo histórico de lutas e embates defendidos pela categoria de assistentes sociais que participaram de sua construção e que defenderam ideais anticapitalistas, na luta por direitos humanos e sociais. Para se chegar a apreensão de realidade que a categoria profissional tem hoje, foi preciso de um percurso muito longo de reflexões e debates que foram permeados por limites e possibilidades dispostas a profissão.

Os/as Assistentes Sociais brasileiros que atuam na contemporaneidade, nos diversos campos de trabalho, são orientados/as pela Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão em todo o País, pelo Código de ética Profissional, as legislações sociais



brasileiras e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estes instrumentos jurídicos que normatizam a profissão são partes constituintes do Projeto Ético-Político do Serviço Social, que vem sendo construído e defendido democraticamente pela categoria desde 1979<sup>16</sup>, ano que marca a ruptura hegemônica da categoria profissional com o conservadorismo operante na sociedade brasileira.

Estes instrumentos jurídico-normativos expressam, portanto, a legitimidade da profissão na sociedade e são consequência do processo de renovação crítica profissional, permitindo uma nova orientação aos assistentes sociais, um novo projeto profissional.

Nas apontações de Netto (1999) este projeto profissional, que se vincula a um projeto de sociedade, apresenta a “imagem da profissão, elege os valores que a legitimam na sociedade, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam requisitos para o exercício profissional, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas”.

Os debates que se propagaram na profissão entre as décadas de 1970 e 1980 fazem parte do processo de construção do projeto profissional do Serviço Social, que tem suas raízes no chamado Movimento de Reconceituação da profissão<sup>17</sup>. O Conservadorismo profissional, que perpassava o trabalho dos Assistentes Sociais desde o surgimento da profissão, começa a ser questionado, mesmo que embrionariamente, por parte dos profissionais (a chamada vanguarda) que estavam apropriados dos debates críticos e que questionavam a legitimidade da profissão, na direção do redimensionamento do trabalho profissional.

É a partir do momento em que o Serviço Social se indaga sobre a sua participação no chamado desenvolvimento brasileiro, colocando em evidência

---

<sup>16</sup> Neste período é realizado o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o CBAS, ou Congresso da Virada, como ficou conhecido. Este encontro marca a “consolidação” do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

<sup>17</sup> O movimento de Reconceituação do Serviço Social, que dá início na segunda metade da década de 1960, tem como objetivo problematizar o Serviço Social e o desenvolvimento da sociedade capitalista, bem como da intervenção da profissão na Questão Social (desdobramentos das desigualdades engendradas no capitalismo que faz com que haja a necessidade de intervenção por parte do Estado nas demandas advindas das classes subalternas). É a partir dos debates sobre subdesenvolvimentismo adentram no Brasil, os/as assistentes sociais se veem impelidos a discutir a legitimidade da profissão na sociedade capitalista brasileira. Esta problematização proporciona as condições necessárias para o processo de renovação crítica do Serviço Social Brasileiro, que teve sua consolidação a partir do processo de construção do Projeto Ético-Político da profissão.

debates que diziam respeito as intervenções profissionais conservadoras e discutindo a postura profissional mediante as investidas capitalistas e os planos do Governo brasileiro de combater o subdesenvolvimentismo, que o debate avança qualitativamente na direção de uma nova postura profissional.

Com esses acontecimentos o serviço social começa a se questionar sobre sua situação e ação no que concerne às repostas dadas a questão social, questiona ainda os procedimentos profissionais tradicionais, e se indaga sobre a pertinência de seus fundamentos teóricos e o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiram na cena político-social.

Esta frente renovadora compunha-se, basicamente de dois grandes segmentos: o primeiro que tinha como pretensão modernizar a profissão a ponto de torná-la compatível com as demandas sociais, vinculando-o aos projetos desenvolvimentistas de planejamento social do Brasil; já o segundo, objetivava uma ruptura com o passado profissional, de modo a sintonizar a profissão com os projetos de ultrapassagem das estruturas sociais de exploração e dominação.

O progresso nos debates profissionais é refreado devido às ditaduras, que tem seu início na América Latina na segunda metade da década de 1960, que derrotaram todas as alternativas democráticas, reformistas e revolucionárias. A reconceituação viu-se congelada: seu processo não decorreu por mais de dez anos, pois muitos dos protagonistas da reconceituação experimentam o cárcere, a tortura, a clandestinidade, o exílio e alguns engrossaram as listas dos desaparecidos nas ditaduras.

No Brasil, já com a vigência da ditadura implantada em 1964, a renovação traduziu-se especialmente como modernização profissional, e em outros países da América Latina, a reconceituação desenvolveu alternativas de ruptura com o tradicionalismo nos planos metodológico-interventivo e político ideológico.

Segundo Netto (2005; grifos nossos) o Movimento de Reconceituação alcançou conquistas e limites, das conquistas pode-se colocar como elementos a articulação de uma nova concepção da unidade latino-americana; a explicação da dimensão política da ação profissional se contrapondo à tradicionalidade da profissão; a interlocução crítica com as ciências sociais, lançando as bases de uma nova interlocução do Serviço social com as ciências sociais; e a inauguração do

pluralismo profissional, ou seja, a partir daí surgem outras vertentes ideológicas, que dão margem para pensar a profissão de uma forma diversificada<sup>18</sup>.

Quanto aos limites que foram impostos ao Movimento de Reconceituação, no Brasil podemos evidenciar a própria ditadura militar, que durante anos operou a extrema repressão na sociedade brasileira, o conservadorismo ainda insistente nas práticas da profissão, obscurecendo assim as fronteiras entre ela e o militarismo; a recusa às teorias importadas; e o “confusionismo” ideológico, ou seja, a confusão feita a partir da “mistura” ou da interpretação equivocada de vertentes ideológicas no Serviço Social.

O processo de rompimento com o conservadorismo profissional, que marca a história do Serviço Social e dá novos rumos a orientação política da categoria, se gesta a partir das lutas travadas contra a ditadura militar, sua ideologia.

É somente a partir da segunda metade dos anos setenta, quando a ditadura começa a experimentar a sua erosão, que se faz sentir no Brasil as ressonâncias das tendências que, na Reconceituação, apontavam para uma crítica radical do tradicionalismo e essas ressonâncias reverberam tanto mais quanto avançam as forças democráticas na cena política nacional.

Neste período a contenção do desenvolvimento capitalista faz surgir efervescências que se começavam a se instaurar na sociedade, colocando-se em questão a estrutura do sistema, em sua desigualdade e contradição, e evidencia a tensão das bases constituintes do modelo econômico fazendo surgir as mobilizações das classes subalternas na defesa de seus interesses imediatos. Com isso os movimentos da classe trabalhadora da época se configuram enquanto reivindicações que problematizam os direitos emergidos das demandas sociais advindas de suas necessidades, pondo em questão a racionalidade do Estado burguês, e negando a ordem capitalista.

Os assistentes sociais investiram fortemente em dois planos: na organização da categoria profissional e na qualidade da formação acadêmica.

Integrado no sistema universitário, nos anos 1980, o serviço social brasileiro assistiu ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica, tanto teórica quanto prática, comprometido com os interesses da massa da população, preocupado com a

---

<sup>18</sup> Explicamos aqui que o pluralismo e o fato de haver a partir deste momento da história do Serviço Social uma incorporação de outras orientações teórico-metodológicas, não quer dizer a homogeneidade de concepções, ou seja, o pluralismo significa na profissão o respeito a correntes teóricas distintas mesmo discordando de muitas.

qualificação acadêmica e com a interlocução com as ciências sociais e investindo fortemente na pesquisa. A existência do “serviço social crítico” que traz seus rebatimentos para o Projeto Ético-Político do Serviço é o marco importante para o estabelecimento de uma profissão amplamente relacionada com o processo de transformação da realidade social na contemporaneidade.

É a partir da “incorporação” de perspectivas teórico-metodológicas críticas que os Assistentes Sociais conseguem se apropriar de elementos que dão sentido e orientam a profissão.

Através da resistência à ditadura militar no Brasil, os trabalhadores conseguem por meio da luta, mudanças significativas que culminam na conquista de direitos sociais, nos anos de 1980, advindos das demandas democráticas desta população que durante muito tempo vinham sendo refreadas.

É neste momento que a classe trabalhadora se insere na cena política através das mobilizações, a partir do entendimento de que o Brasil necessitava de transformações em suas relações sociais, e junto a este movimento alia-se a categoria de assistentes sociais, na luta contra o conservadorismo, em prol da democracia, cidadania e justiça social, demandas que são reprimidas no Brasil da década de 1960, mas que agora são postos em evidência.

A luta pela democracia no Brasil desta época dá a possibilidade à categoria profissional de criar as condições necessárias ao rompimento com o direcionamento conservador na profissão. Articulando este processo de ruptura, o Serviço Social da época vê a necessidade de uma construção política da profissão ancorada em outros valores, condizentes com a luta que foi instaurada no Brasil, dando margem para a construção de um novo projeto profissional, uma nova direção para o Serviço Social que objetiva imprimir uma imagem renovada à profissão.

Desta forma, o projeto Ético Político Profissional do Serviço Social é resultado das lutas engendradas pelo conjunto de assistentes sociais que, aliados a maioria da população reivindicou uma sociedade mais justa e ancorada em valores sociais realmente direcionados à construção de uma sociedade igualitária e garantidora de direitos, nos meandros da sociedade capitalista.

Este projeto imprime uma direção sociopolítica ao Serviço Social na medida em que ele é “fruto do processo de ruptura” com as bases tradicionais da profissão, adquirindo uma nova forma de pensar a sociedade e a própria profissão, aliando-se aos interesses da classe trabalhadora. Como evidencia Abramides (2006, p.28),

A origem do projeto Ético-Político Profissional, concebido nos anos 90 e sua direção sociopolítica deitam raízes nas lutas da classe trabalhadora pelos seus interesses [...] acoplados à luta contra a ditadura e à construção da democracia em articulação aos interesses históricos expressos nas lutas anticapitalistas, antiimperialistas e socialista.

Neste sentido, quando analisamos a processo de construção do Serviço Social podemos inferir que os projetos profissionais podem se “vincular” a perspectiva política dos projetos societários. E especificamente para o Serviço Social, como consequência das lutas, e do processo de renovação crítica da profissão, em conjunto com a sociedade, podemos registrar a vinculação do projeto profissional da profissão ao projeto societário da classe trabalhadora. Entender isso é apreender que “o projeto do Serviço Social foi gestado na luta pela democratização da sociedade, com os trabalhadores organizados como sujeitos políticos” (Mota; Amaral, 2009, p.51)

Assim o processo de contestação política, a ruptura com o conservadorismo profissional e o processo de renovação crítica do Serviço Social são o marco para a recriação da profissão mediante a conjuntura nacional. É no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o chamado Congresso da Virada, que a categoria consegue expressar mais enfaticamente a insatisfação com os desdobramentos da sociedade e da profissão, é

“[...] quando a categoria, numa atitude de rebeldia política, declara sua organicidade aos interesses da classe trabalhadora, afirmando a dimensão política da profissão, então obscurecida pelo tecnicismo-desenvolvimentista vigente nos governos da ditadura militar.” (Mota; Amaral, 2009, p.49)

Este congresso se configura enquanto um grande marco na história da profissão, pois expressa o entendimento da vanguarda profissional sobre a realidade da sociedade e o questionamento sobre a “prática” profissional.

As lutas engendradas na sociedade da década de 1980 e as suas pretensões democráticas alavancadas pelo conjunto de trabalhadores, dá a possibilidade ao Serviço Social de incorporação de uma perspectiva de projeto societário diferente daquele que atendia os interesses das classes dominantes. O qual a profissão, em

seu surgimento e durante muito tempo de sua existência, servia sem muitos questionamentos.

A partir deste redirecionamento construído na profissão apreende-se a consolidação no que concerne a produção de conhecimento em Serviço Social, resultando num processo de “acumulação teórica” que introduz perspectivas de matrizes teórico-metodológicas críticas indo ao encontro com perspectiva de ruptura com o conservadorismo profissional e dando novos rumos a profissão.

Esta incorporação de teorias já vinha sendo experimentada pelo Serviço Social brasileiro desde o movimento de reconceituação, no entanto, e a partir deste momento que se ganham destaques as teorias marxistas e marxiana, fazendo com que o direcionamento do curso de Serviço Social, na maioria das Unidades de formação profissional, seja hegemonicamente orientado por esta vertente<sup>19</sup>.

Na construção do novo projeto do Serviço Social, resultado de todo o processo feito pelo corpo profissional que se inseriu na luta por uma sociedade brasileira mais justa, foram inseridos vários debates que constituíram as reflexões feitas pelos assistentes sociais da época, tais como o debate sobre o Serviço Social enquanto uma profissão, inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, sendo uma especialização do trabalho coletivo e com estatuto profissional – a lei de regulamentação 8.669 de 17 de junho de 1993; a própria problematização sobre a produção de conhecimento em Serviço Social através de pesquisas, estudos, investigações, mesmo entendendo que a profissão não se configura enquanto uma ciência; a incorporação de matrizes do pensamento crítico marxista, dando uma imensa contribuição para apreender a realidade na qual intervêm os assistentes sociais ; o debate sobre pluralismo profissional; o debate sobre a formação profissional culminado na reforma curricular de 1982, acompanhada de discussões das entidades de representação da categoria (ABEPSS, ENESSO, Conjunto CFESS/CRESS); o redimensionamento do ensino, orientando à formação de um profissional competente, capaz de dar respostas as demandas que lhe chegam, redirecionando à construção para outro perfil profissional.

Neste debate é importante evidenciarmos a inserção da ética e dos Direitos Humanos na agenda do Serviço Social, com a reformulação do código de Ética

---

<sup>19</sup> Que acreditamos aqui ser a que mais pode nos dar subsídios para apreender a realidade.

Profissional em 1993 e da própria Lei de regulamentação, bem como das próprias normativas formuladas e divulgadas pelo conjunto CFESS/CRESS.

O Projeto Ético Político Profissional, portanto, é produto histórico do processo de rompimento do Serviço Social com o conservadorismo, edificando um Serviço Social vinculado principalmente as vertentes marxistas e marxianas, que optam por uma apreensão crítica da realidade considerando a história não como uma “coleção de fatos mortos” (Marx, 2009: p. 32), mas como desenvolvimento do complexo processo da realidade.

É neste processo de desvendamento da realidade que criamos o terreno propício para entendermos o Serviço Social enquanto uma profissão que se insere na sociedade, a partir de sua vinculação à teoria social crítica, com a perspectiva de apreender os processos sociohistóricos engendrados nas relações sociais na sociedade capitalista, e a partir desta apreensão intervir conscientemente ao dar respostas competentes às demandas oriundas da Questão Social<sup>20</sup>.

### *3.1.1 Direitos Humanos e projeto ético político: desafios e possibilidades no capitalismo contemporâneo*

Apesar de se ter todo um processo de construção anterior, o Projeto Ético Político do Serviço Social vem ganhar maior “incorporação” na realidade brasileira a partir da década de 1990, anos que demarcam a “formulação” dos elementos de materialização deste projeto. Estes são expressos através “do novo Código de Ética Profissional (1993), das diretrizes Curriculares (1996) e da nova Lei de Regulamentação da Profissão (1993), que enfeixam e materializam o projeto profissional na esfera da institucionalidade.” (Abramides, 2006, p.28).

O projeto profissional do Serviço Social no Brasil começa então, a se moldar assinalando um caráter renovado, resignificando a profissão diante da sociedade, incorporando novas questões, conseguindo assimilar as problemáticas existentes na sociedade brasileira e enfrentando os desafios postos à profissão mediante o movimento contraditório do modo de produção capitalista.

---

<sup>20</sup> Questão Social engendradora das contradições da sociedade capitalista (sociedade de classes) onde a produção é cada vez mais social e a riqueza que socialmente é produzida é apropriada por uma pequena parcela de pessoas (os “donos” dos meios de produção). Isso nos evidencia que o modo de produção capitalista se constrói com bases fixas na desigualdade, resultante da exploração e da opressão mascaradamente impostas à grande parcela dos trabalhadores por um número menor de pessoas.

Trata-se de um projeto, que também pode ser encarado como um processo já que está em construção no cotidiano profissional, e que introduz novas diretrizes à profissão que ratificam também o direcionamento na formação, expressas nas modificações na Lei de Diretrizes e Bases/LDBEN (Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996).

Uma das principais conquistas que podemos reconhecer na constituição do projeto ético político do Serviço Social, que vem contribuir para o redirecionamento do exercício profissional é o reconhecimento da liberdade como valor central, compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expressão dos indivíduos sociais, elementos expressos no novo código de ética profissional (Brasil, 2012).

Ancorado nos princípios de liberdade, na luta pela garantia dos Direitos Humanos e da conquista de uma real democracia, tendo como norte a cidadania, defendendo o direito de reconhecimento da diversidade, na busca pela justiça social, contra a discriminação em todos os aspectos e na defesa de outra proposta para a sociedade, um projeto societário distinto, na direção da luta pelos direitos humanos e sociais enquanto pretensão mais objetiva na sociedade capitalista e por uma mais ampla com pretensões de extinção da sociedade capitalista, pela emancipação humana. São estas as características do Projeto Ético-Político do Serviço Social, em voga desde os anos de 1990, e possibilitado pelo processo de lutas da categoria profissional aliada ao conjunto da sociedade brasileira.

Contraditoriamente aos avanços obtidos pelo Serviço Social no que concerne aos aspectos teóricos, metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos e também quanto a conquista da sua hegemonia na profissão, o Projeto Ético-Político do Serviço Social encontra na contemporaneidade desafios a serem enfrentados nos meandros da sociedade capitalista. É no momento de solidificação deste projeto que na sociedade capitalista da época vai ser implementado o sistema neoliberal, que vai “reconfigurar” as esferas constitutivas da sociedade brasileira. Pautado principalmente, no plano político-econômico, pela não intervenção estatal no campo do social, este sistema de ideias defende o capitalismo e intervém o mínimo nas dificuldades enfrentadas pelas classes trabalhadoras. Como evidencia Abramides (2006, p. 22)

A estratégia do grande capital na esfera do Estado se expressa na subordinação estatal à economia de mercado, determinada pelos oligopólios. O neoliberalismo, gestão atual do Estado, configura-se



em uma política econômica monetarista, de ampla privatização das empresas estatais e das políticas sociais, na desresponsabilização do Estado de suas funções, concretizando o ‘Estado mínimo’ para os trabalhadores e o ‘Estado máximo’ para o capital.

Os ajustes feitos por este sistema traz inúmeras consequências a organização destas esferas, interferindo nas relações sociais, principalmente da relação do Estado para com a sociedade. A exemplo desta constatação, as Políticas Sociais provam o quanto os direitos sociais vêm sendo destruídos, a perspectiva das políticas sociais se orientam pela restrição do acesso, pela ampla privatização, pela precarização. Estas são características constantes e cotidianas do sistema de (des)proteção social brasileiro nos *ditames* neoliberais.

Estamos, portanto, diante de um processo no qual o capital, por meio das metas estabelecidas pelos organismos internacionais define como deve ser a ação do Estado sobre as expressões da Questão Social e como devem funcionar as políticas sócias em termos de prioridade, financiamento e alcance. (Ramos, 2009, p.46)

No que concerne as lutas sociais do período é evidente que a classe trabalhadora teve muitas perdas com a introdução do neoliberalismo, tanto no que concerne as investidas deste sistema no Trabalho – com a flexibilização, o desemprego, a informalidade, a baixa renda da população – quanto no que concerne as formulações teórico-metodológicas engendradas pelo conjunto de trabalhadores organizados que avançavam nos embates e lutas travadas na sociedade brasileira.

Especificamente nos anos de 1980, “no período de mobilizações e lutas sociais, [...] que a categoria dos assistentes sociais, por intermédio de sua organização político-sindical, apoia, solidariza-se e insere-se nas lutas dos movimentos populares” (Abramides, 2006, p.135) e desta forma partilha dos ideários das representações dos trabalhadores como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

É a partir da década de 1990, e mais enfaticamente no início dos anos 2000, que as classes trabalhadoras se veem numa situação numa antes vivenciada. O Partido dos Trabalhadores (PT), tido como uma das referencias políticas da esquerda brasileira na época, que conquistou a “simpatia” de ampla parcela da população brasileira, chegou ao poder elegendo um representante a presidente da república. Um partido político, que conseguiu criar expectativas quanto a possibilidades de mudanças para a classe trabalhadora.

Estas possibilidades foram frustradas quando o projeto societário da classe trabalhadora, que foi por muito tempo evidenciado por este partido, se vincula aos interesses das classes dominantes (burguesia brasileira), apenas e reproduzindo as relações sociais já existentes.

Mesmo entendendo que o projeto profissional do Serviço Social se vincula a um projeto societário apreendemos que, com a chamada queda das esquerdas brasileiras, ancorada por este processo de decadência ideológica de representações políticas da classe trabalhadora brasileira, a posição ideopolítica convergente do início da década de 1980 foi perdida durante o processo.

Afirmar isto é inegavelmente reconhecer o antagonismo existente entre este projeto profissional, que foi construído a duras penas pela categoria, e o direcionamento da sociabilidade capitalista, na qual os governos, mesmos os que se dizem mais democráticos, sucumbem no decorrer do processo.

Os desdobramentos deste sistema rebatem e influenciam na estrutura da sociedade e recaem diretamente no Serviço Social fazendo com que alguns autores que optam por expressar suas apreensões teórico-metodológicas, acreditem que existe uma crise no projeto ético-político do Serviço Social. Braz (2007) evidencia em suas formulações que “há uma crise do projeto profissional expressa na formação, no exercício profissional e também na organização da categoria”, e aponta possíveis “problemas” *que incidem sobre as bases materiais do projeto*, colocando ainda que “a crise do projeto societário das classes trabalhadoras impõe uma crise ao nosso projeto profissional”.

Acreditamos ser relevante problematizar a crise da esquerda brasileira e seus rebatimentos para o projeto profissional do Serviço Social, no entanto, concordamos com o posicionamento de Ramos (2009, p.44) quando afirma que “a relação entre esquerda e projeto ético-político profissional não é mecânica e nem linear, não se restringe a questão partidária”.

Afirmar há uma crise no Projeto Ético-Político do Serviço Social não é a melhor saída para apontarmos os desdobramentos do capitalismo na realidade brasileira. É necessário apreendermos que é a sociedade capitalista, seu modo de produção e reprodução das relações sociais, que se encontra em crise e pensar este projeto é

inserir na problematização as múltiplas determinações que são engendradas na complexidade, pensando a profissão *num contexto histórico*.

Há também a afirmação de que as ameaças ao projeto acabem por “inviabilizar” a materialização do Projeto Ético-Político socialmente construído pela categoria (Netto, 1999), e que o Serviço Social pode se configurar enquanto uma “profissão da assistência”. Acreditamos que a dinâmica capitalista é muito desafiadora para a profissão, no entanto, o processo metodológico de apreensão de uma assistencialização da profissão não pode ser tido como norte de nossa análise, tendo em vista toda a luta pelo reconhecimento profissional e as conquistas da categoria profissional.

Mesmo entendendo estes rebatimentos na profissão, é importante a apreensão de que há um compromisso muito maior com a perspectiva ética e política de orientação crítica na profissão, que não vinculem especificamente a extrema relação de crise do projeto societário com o projeto da profissão. Partimos do pressuposto de que este processo maniqueísta de vinculação

“não tem conseguido silenciar, no âmbito do projeto ético-político profissional, o compromisso dos segmentos que, historicamente, tem se colocado numa perspectiva anticapitalista e estabelecido inúmeras mediações ao tratar da agenda profissional, entendendo seus limites e contradições. (Ramos, 2009, p.44)

É nesta direção que caminha nossa análise, subentendendo a precarização das condições da formação, do exercício profissional e as dificuldades na materialização dos princípios do projeto profissional do Serviço Social, no entanto, considerando que a crise se encontra na sociedade capitalista, e que as ameaças ao projeto profissional do Serviço Social estão dispostas na realidade do trabalho profissional, expressas na contemporaneidade pelas desafiadoras relações sociais engendradas no neoliberalismo, mas que é necessário enfrentá-las cotidianamente. Neste sentido Netto afirma que

A cruzada antidemocrática do grande capital, expressa na *cultura* do neoliberalismo [...], é uma ameaça real a implementação do projeto profissional do Serviço Social. Do ponto de vista neoliberal, defender e implementar este projeto ético-político é sinal de ‘atraso’, de ‘andar na contra-mão da história’.” (1999, p.19)

É no momento em que o Serviço Social ganha forças para lutar por ideais de liberdade, democracia e cidadania, inserindo na agenda profissional do debate da

ética e dos Direitos Humanos, que o processo de “desregulamentação dos direitos” inscreve uma “nova ordem” ancorada pelo neoliberalismo.

Conquistando a hegemonia, na primeira década de 1999, no que concerne a “produção de conhecimento, nos marcos legais e na organização política” (Ramos, 2009) o projeto é um instrumento de orientação não só viável na realidade atual, mas necessário, uma vez que a realidade da sociedade capitalista demanda intervenções qualificadas e que tenham uma projeção social.

Desta forma, diante dos debates sobre a suposta crise do projeto partilhamos da perspectiva que afirma que

[...] não temos, na conjuntura atual, elementos concretos para concluir que existe uma crise de hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social, pois nas suas três esferas constitutivas não há indicativos para tal. Do ponto de vista do conhecimento, notamos que a predominância da teoria social crítica nas nossas produções permanece [...]. No âmbito dos instrumentos normativos, não identifiquei elementos para falar em crise de hegemonia, porque não aconteceram, em nenhum dos nossos marcos legais ou instrumentos normativos – código de ética, lei de regulamentação e diretrizes curriculares -, mudanças regressivas [...]. E, na dimensão da organização política, penso, também, que mantemos, na multiplicidade das entidades representativas nacionais – ABEPSS, CFESS e ENESSO – uma direção política de sustentação ao projeto profissional hegemônico [...].

Mesmo que este sistema ideológico se coloque enquanto um desafio para atuação, formação e organização profissional ele inscreve “na ordem do dia” a necessidade de implementação do projeto ético-político do Serviço Social, que nos fazem refletir sobre a coragem e decisão política da categoria contestação política de outrora que trouxe inúmeros ganhos para a profissão.

### 3.2 Direitos Humanos, Trabalho e Riqueza no Brasil: um debate necessário.

O desenvolvimento engendrado pelo sistema capitalista, na mundialização do capital, aumenta a cada dia as desigualdades sociais e econômicas entre as economias mundiais. O neoliberalismo, em voga desde a década de 1990, e sua política de flexibilização no trabalho, de desregulamentação de direitos sociais duramente conquistados pelas classes trabalhadoras, e todas as consequências da política neoliberal, são provas concretas de que embora a sociedade disponha de uma riqueza social inestimável, esta é apropriada pela classe dominante, que na

“fase” atual do capitalismo se utiliza de transações econômicas entre países ricos e países pobres para se beneficiar financeiramente.

Desta forma,

A autonomização progressiva da esfera financeira está na base da liberalização completa da circulação de capital financeiro, e se sustenta em uma política de desregulamentação que provocou uma mobilidade sem precedentes do capital financeiro do tipo especulativo, com o objetivo de extrair a maior parte do lucro que é mais valia socialmente produzida, na forma de juros no menor prazo possível a especulação financeira vem transformando a sociedade em uma grade cassino, sendo esta característica mais marcante do mercado de capitais, e gerando grandes transferências de capital ao sistema bancário [...]” (CFESS, 2009, p.44)

As transformações estruturais do capitalismo contemporâneo são responsáveis pelas várias modificações nas relações sociais. Expressas através da política de orientação neoliberal, guiadas pela flexibilização, o processo de ampliação das desigualdades sociais, ocasionadas por estas transformações, é uma constante.

Nesta lógica o próprio homem se torna mercadoria, não é tido enquanto um ser social que deve se realizar no seu trabalho, pelo contrário, quando este existe é desenvolvido através da alienação e se sustenta na degradação do homem,

Mas não é apenas no âmbito da produção e do acesso a riqueza material que se verifica essa decadência. É na degradação do conjunto da vida humana, na crescente mercantilização de todos os aspectos da realidade social [...]” (Tonet, 2002, p.04)

No Brasil a desigualdade é absurda e é expressa cotidianamente nas condições de vida da maioria da população pertencente as “classes subalternas”. Como Evidencia Boschetti (2009):

Aqui, paisagens exuberantes e ostentação de riqueza por uma minoria convivem com cenários extremamente pobres que revelam as péssimas condições de vida e de trabalho de imensa parcela da população e deixam a nu nossa gritante desigualdade: os 10% mais pobres ficam com apenas 1,1% da renda do trabalho, enquanto os 10% mais ricos ficam com 44,7%.

As expressões da questão social são cotidianamente adensadas, surgindo a necessidade real da reformulação das políticas sociais destinadas a população. São necessárias políticas que realmente incidam sobre essas expressões e que efetivamente funcionem enquanto um sistema de “proteção social”.

O enfrentamento da pobreza no Brasil que se ancora em programas focalizados e de caráter assistencialista e focalista, que não garante direitos; é pautado pela seletividade, quando na verdade deveria ser amplo e universal.

O sistema de produção capitalista contemporâneo, que reproduz incessantemente a desigualdade social, também é responsável por altas taxas de crescimento de sua lucratividade, crescimento este colocado a disposição de uma classe dominante, que tem na propriedade privada sua “fortaleza” de benefícios.

Enquanto grande parcela da população sofre com a falta de saúde, educação, habitação, e segurança de qualidades, a burguesia nacional (e também a internacional, através do sistema financeiro de transações) incorpora cada vez mais capital e incide sua exploração para as camadas da população que ao invés de viver humanamente, sobrevive.

O modo de produção capitalista é um sistema que é universalmente vivido pelas classes, ou seja, o capitalismo.

[...] atualmente não se confronta com nenhum desafio *externo* a sua própria dinâmica: impera na economia das sociedades mais desenvolvidas (*centrais*) e vigora na economia das sociedades menos desenvolvidas (*periféricas*), nas quais, por vezes, subordina modos de produção precedentes. (Braz e Netto, 2010: 95)

As condições atuais, de flexibilização do trabalho e dos direitos sociais, o desemprego estrutural vivenciado por uma ampla parcela da população, o trabalho informal, expresso pela inserção precária do trabalhador no processo produtivo, e as formas de exploração e precarização do trabalho, vem sendo o modo com a vida na sociedade capitalista vem sendo regida.

Ao invés da busca pela socialização da riqueza produzida o modo de produção capitalista torna cada dia inviável a igualdade social tão disseminada pelos planos, programas e projetos superficiais dos governos.

.As relações sociais na sociedade capitalista contemporânea se produzem e reproduzem baseadas por estas relações econômicas, a liberdade, tão apregoada pelo sistema, é colocada em xeque cotidianamente.

Quando falamos de riqueza social nos é claro que o orçamento de economias nacionais, como por exemplo, o do Brasil, não é destinado prioritariamente as políticas sociais, que por este motivo, são sucateadas. A realidade brasileira maior

parte do orçamento arrecadado pelo governo se destina a pagar dívidas contraídas com bancos internacionais, dívidas estas que aumentam a cada ano.

Enquanto isso a população sofre com a realidade de violações de direitos, através do não acesso a uma determinada política social ou da própria precarização dos serviços prestados, ou seja,

Trata-se de uma perversa alquimia, que se apropria dos recursos das políticas sociais para sustentar a política econômica conservadora e neoliberal e impede a ampliação dos direitos sociais no Brasil (Boschetti, 2009, p.47)

É nesta realidade que o capitalismo se desenvolve, com suas altas taxas de lucro, fazendo com que a “desumanização da vida sempre esteja presente, independente de qual seja o momento histórico”. (Tonet,2002. Grifos nossos)

Um sistema de produção que se sustenta pela exploração, opressão e desigualdade não é garantidor de direitos. Uma sociedade onde se necessita afirmar direitos não tem justiça social, muito menos sistema de proteção social.

Em resumo, esta forma de sociabilidade já não tem mais como abrir novos horizontes para a totalidade da humanidade. A concentração brutal da riqueza em pouquíssimas mãos e o cinismo dos que a detém são apenas os aspectos mais visíveis desse fato. (Tonet, 2002, p. 05)

É desta forma, evidenciando as desigualdades e questionando a lógica da gestão da sociedade atual, que podemos intervir na realidade, através da “convicção de que estas são mediações importantes na luta pela construção de uma nova sociabilidade que assegure a emancipação humana.” (Boschetti, 2009)

Verdadeiramente Direitos Humanos e capitalismo são opostos, e espera-se o dia em que não precisaremos mais afirmar nossos direitos, ou como afirma Tonet<sup>21</sup> a real efetivação dos direitos humanos só será viável quando houver a própria extinção destes direitos (Grifo nosso).

---

<sup>21</sup> Palestra Proferida no Seminário de Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em dezembro de 2013.

### 3.2.1 Serviço Social e Sociedade Capitalista

O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho não passa alheio neste processo.

O/a assistente social, em seus campos de trabalho dá respostas as demandas emergentes da questão social, enquanto profissional ele trabalha na formulação, execução, avaliação de políticas, programas e projetos sociais que se destinam prioritariamente as classes subalternas e é muito importante a apreensão da realidade brasileira, ou como evidencia Boschetti,

O Serviço Social, ao se constituir enquanto profissão que atua, predominantemente, na formulação, planejamento e execução de políticas públicas como educação, saúde, previdência, assistência social, transporte, habitação se posiciona criticamente diante da barbárie que reitera a desigualdade social, e se articula aos movimento organizados em defesa dos direitos da classe trabalhadora e de uma sociedade livre e emancipada. (2009, p.51)

É nesta perspectiva que os/as profissionais devem atuar, e para isso conhecer a realidade da sociedade brasileira é fator primordial para uma atuação competente, aliando-se a isso os compromissos éticos políticos teóricos e profissionais defendidos pelo projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro.

que nos fazem entender o processo de desenvolvimento desta profissão e seus limites e possibilidades dentro da lógica do capital.

Desta forma, reconhecer os desafios e possibilidades da profissão na sociedade capitalista atual – uma vez que entendemos que o Serviço Social também sofre rebatimentos da flexibilização do sistema, expressos no exercício e formação profissional – é fazer uma reflexão pertinente do tempo e da conjuntura histórica do Serviço Social.

### 3.2.2 Projeto Profissional do Serviço Social: *“na luta pela conquista, consolidação e ampliação de direitos, no horizonte de luta pela emancipação humana”*

Entendendo que “o tempo presente é de regressão de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora” (CFESS, 2012) a luta pela efetivação destes direitos na sociedade atual deve ser encarada pela categoria profissional



enquanto o norte do trabalho profissional. As violações de direitos que a população usuária sofre cotidianamente é a prova mais cabível para afirmarmos que neste formato de sociedade estes mesmos direitos precisam ser afirmados.

Desta forma, a inserção na agenda profissional do Serviço Social de debates em torno da concepção crítica de direitos humanos fortalece o processo de lutas engendradas pelo conjunto da sociedade e o projeto ético-político do Serviço Social, ancorando-se na “luta pela garantia de direitos (que) exige atitude anticapitalista, o que implica colocar-se ideológica e praticamente contra o sistema de desvalores liberal-burgueses” (CFESS, 2012).

As desigualdades existentes na sociedade capitalista exigem dos/as assistentes sociais um comprometimento com os direitos humanos, *sua perspectiva e defesa críticas necessitam ocupar a nossa agenda cotidiana*.

As lutas e conquistas engendradas pela categoria profissional, através das entidades de representação, representam o esforço e o empenho profissional na defesa da viabilidade do projeto ético-político. Lutas estas que significam processos importantes de resistência, tendo como norte o enfrentamento político de questões relacionadas à defesa intransigente destes direitos humanos a recusa a qualquer violação de direitos.

A direção social impressa no projeto profissional deve estar ancorada em valores sociais e políticos éticos, um direcionamento sociopolítico que faça jus a histórica luta e conquista da categoria de um Serviço Social crítico.

**CAPITULO IV:  
O CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO  
SOCIAL NA DEFESA DOS DIREIOS  
HUMANOS**

## CAPITULO IV: O CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL NA DEFESA INTRANSIGENTE DOS DIREITOS HUMANOS

*“O tempo escorre pela ampulheta.  
É ele o contador da história que construímos.  
O tempo que cura saudades,  
que em mais-valia capitalista,  
explora cada trabalhador/a na sua labuta.  
O tempo é também contradição,  
que prepara a luta,  
tece a resistência,  
da mulher contra sua opressão,  
dos/as sem terra contra os latifúndios,  
dos idosos/as contra a indiferença,  
do povo que resiste  
ao jugo da tirania e barbárie.  
O tempo hoje exige emancipação humana.  
Não quer mais silenciar, omitir,  
ignorar, obliterar.  
O tempo quer ser outro,  
quer se escrever em outras páginas,  
que se revelar, ebulir de indignação,  
denunciar, se revolucionar...”*  
(Andréia Lima)

**N**esse capítulo discutiremos a importância histórica do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a inserção dos direitos humanos na agenda político-profissional. Trataremos das ações estratégicas desenvolvidas pelo CFESS na luta cotidiana por direitos. Faremos, também, algumas reflexões e análises de materiais construídos pela categoria profissional no que diz respeito ao assunto, apreendendo a perspectiva de direitos humanos e o direcionamento da categoria no que concerne ao tema.

Assim apresentaremos aspectos importantes da luta por direitos defendida pela categoria profissional na contemporaneidade a partir da pesquisa bibliográfica e das reflexões acerca do tema.

Propomos, portanto, neste capítulo a discussão do CFESS e sua importância enquanto órgão de representação da categoria de assistentes sociais brasileiros, a partir de uma reflexão dialética do processo histórico de amadurecimento da profissão e sua consequente defesa dos direitos humanos. Faremos aqui a análise documental dos relatórios anuais de atividades do CFESS bem como do veículo de comunicação do Conselho com os assistentes sociais e com a sociedade brasileira que é o CFESS Manifesta. Todos estes documentos referentes aos anos entre 2008

e 2012<sup>22</sup>. Analisaremos, portanto, a questão da inserção dos direitos humanos na agenda político-profissional, a perspectiva de direcionamento do debate defendida pelo CFESS, as estratégias de atuação do conselho na defesa dos direitos humanos e as dificuldades enfrentadas.

É importante destacarmos que este estudo não visa a estagnação do tema e muito menos busca uma análise endógena do Serviço Social. Muito pelo contrário, buscamos aqui a problematização do CFESS enquanto entidade de representação da categoria profissional de Assistentes Sociais e sua importância no processo histórico de construção da profissão na sociedade Brasileira.

#### 4.1 A INSERÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA AGENDA POLÍTICO PROFISSIONAL

O objeto de pesquisa que propomos investigar nesse trabalho é “Direitos Humanos e Serviço Social: uma análise histórica do CFESS”.

Mas o que seria direitos humanos? Em diversos momentos históricos o termo direitos humanos foi utilizado indiscriminadamente por pessoas que na maioria das vezes “infringiam” os preceitos humanitários estabelecidos pelas cartas, declarações ou tratados que discorriam sobre Direitos Humanos.

Durante milênios, nas sociedades, foi verificada a existência de um complexo de informações resultante do processamento histórico do homem sobre “Direito”. A denominação Direitos Humanos que temos hoje, em outros tempos poderia ser outra, mas o significado atual do que são direitos humanos só tem significado no estágio atual do desenvolvimento das forças produtivas: o capitalismo.

Conforme discutimos anteriormente, o Serviço Social nas últimas décadas passou por um processo de renovação de seus princípios tendo como resultante o projeto ético-político profissional que orienta a profissão. Neste processo, as entidades de representação da categoria<sup>23</sup> têm assumido uma perspectiva de luta

---

<sup>22</sup> Escolhemos este período em virtude do pouco tempo que nos utilizamos para a construção desta monografia e todas as dificuldades encontradas no percurso da graduação. Esperamos que em outras oportunidades possamos trabalhar melhor esta temática tão importante e imprescindível para o Serviço Social Brasileiro.

<sup>23</sup> Falamos aqui do Conselho Federal de Serviço Social, dos Conselhos Regionais de Serviço Social e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

que se distancia do corporativismo<sup>24</sup> e que reafirma a luta intransigente pelos direitos humanos na sociedade capitalista.

Na atualidade o CFESS, “objeto” de nossa análise, defende e aborda temáticas que fazem parte da luta estratégica na defesa dos direitos. A agenda político-profissional que o CFESS elabora é um “instrumento” muito importante que organiza as ações e atividades realizadas pelo Conselho.

Neste sentido o CFESS se organiza através de comissões<sup>25</sup> que “gerenciam” suas atividades e tem frentes de atuação. São elas: a comissão de Ética e Direitos Humanos (CEDH), a comissão de Fiscalização do Exercício Profissional (COFI), Comissão Administrativo-Financeira, Comissão de Formação Profissional e Relações Internacionais, Comissão de Seguridade Social, Comissão de Comunicação. Além destas comissões o Conselho também participa de Grupos de Trabalho que tem o objetivo de aprofundar as temáticas que dizem respeito ao Serviço Social.

#### 4.2 AÇÕES ESTRATÉGICAS NA LUTA COTIDIANA POR DIREITOS

A busca por um modelo de sociedade emancipatória, onde não exista a discriminação de classe, raça/etnia e gênero, orientando-se o respeito à diversidade sexual e religiosa é a proposta encarada pelo CFESS nas lutas estratégicas na sociedade brasileira.

O atual modelo de sociedade sustenta a reprodução material e espiritual do capitalismo, lógica esta que tem enquanto características a opressão, a violência, a exploração, e que busca acima de tudo o consenso da humanidade através da reprodução das suas relações sociais.

Por isso, é importante a luta por direitos, numa sociedade onde estes precisam ser afirmados e reafirmados. A luta histórica do CFESS por direitos humanos deve ser encarada não só como uma luta do conselho, mas uma luta da sociedade.

---

<sup>24</sup> Este corporativismo anteriormente tomava o caráter da burocratização, e da rigorosa fiscalização controladora.

<sup>25</sup> Iremos dar mais ênfase nas questões concernentes aos Direitos Humanos na atualidades. Isso não significa dizer que iremos analisar apenas uma comissão ou eixo de atuação tendo em vista que apreendemos ser mais coerente est

A perspectiva de atuação do CFESS é a defesa dos Direitos, mas uma perspectiva crítica e concernente com os princípios éticos e políticos conquistados pela profissão historicamente.

Através da análise feita neste estudo percebemos que a inserção da “temática” Direitos Humanos é feita nos debates profissionais a partir do momento em que o Serviço Social renova suas bases teórico-metodológicas. O momento em que a profissão insere uma análise crítica em suas discussões. É através da inserção do debate da ética, feito no processo de renovação da profissão, que as discussões sobre direitos humanos são inseridas na agenda profissional.

Expressão desta renovação é a elaboração e aprovação do código de ética do (a) Assistente Social de 13 de março de 1993. Este documento foi “resultado de um amadurecimento das reflexões” (CFESS Manifesta, 2009) da categoria.

Neste sentido o Projeto Ético-Político dá sentido à profissão, uma vez que o direcionamento profissional é ancorado na “defesa intransigente dos direitos humanos”.

É através de atividades estratégicas que o CFESS atua na sociedade, ele se utiliza destas estratégias para travar as lutas de defesa de direitos, se opondo aos interesses das classes dominantes do Estado Brasileiro. Ao defender um sistema que garanta o direito da população como saúde, educação, moradia e trabalho de qualidades o Conselho coloca firmemente qual é sua posição diante da luta de classes na sociedade brasileira.

Uma estratégia do CFESS na defesa dos Direitos Humanos que podemos concluir a partir do estudo dos relatórios é a articulação com os movimentos sociais em defesa dos direitos humanos. “priorizando a realização e participação em atividades, considerando o calendário de lutas em defesa dos DH” (Relatório CFESS, p. 42 2008)

Entre as articulações feitas pelo CFESS na defesa dos direitos humanos a articulação feita com os movimentos sociais que lutam pela garantia dos direitos na sociedade do capital é essencial para imprimir e publicizar um posicionamento crítico. É através desta articulação que ele renova seus compromissos com a sociedade e com uma análise de realidade crítica, consubstanciando uma ação ética, política e estratégica diante dos processos de barbarização da vida social.

Os ideais de democracia, pluralidade, cidadania, diversidade e liberdade são explicitamente inseridos nas reflexões e discussões feitas pelo CFESS que passa a atuar com frentes de luta que versam sobre os seguintes temas: Violência contra a mulher, Direito a cidade, Questão de gênero, Trabalho e riqueza social, Política de ensino, Saúde mental Seguridade social. Estas e outras problemáticas, são inseridas na agenda profissional dando sentido ao trabalho feito pelo CFESS na defesa dos direitos humanos.

Com o objetivo de denunciar a desigualdade reinante no Brasil, o CFESS lança campanhas que versam sobre temas variados, que expressam as desigualdades brasileiras, e as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora. A discussão sobre a desigualdade e a luta por direitos são constantes na atuação do conselho através das campanhas, evidenciando a luta travada cotidianamente nos espaços de trabalho do Assistente Social pelos direitos da população.

A renovação crítica do Serviço Social, que evidenciamos no primeiro capítulo, inscreve na história da profissão uma perspectiva de apreender a realidade que além de afirmar a defesa intransigente pelos direitos humanos também partilha da tese de que o capitalismo não satisfaz as necessidades de todos.

O compromisso ético e político da profissão em trazer reflexões críticas e intervir qualitativamente nas expressões da questão social são traços que devem marcar o exercício profissional e que são enfatizados através dos posicionamentos do CFESS diante de cada situação de violência que a população brasileira sofre dia-a-dia. Traços estes que são partilhados pelo CFESS ao lançar campanhas que convergem para uma luta por igualdade em todas as dimensões da vida social.

As ações realizadas pelo CFESS, enquanto um conselho que representa a perspectiva crítica da profissão, materializam o compromisso com uma gestão democrática com preceitos “ético-políticos de defesa da vida, da liberdade, e contra todas as formas de opressão, barbárie e violência”. (Relatório CFESS, 2009, p.4).

Ainda enquanto temas presentes na agenda de luta do CFESS, colocamos as seguintes ações do conselho (Relatório CFESS, 2009):

- ✓ Defesa da Lei Maria da Penha e contra todas as formas de violência contra a mulher;
- ✓ Reconhecimento do significado do Estatuto da Criança e do Adolescente e denúncia das posturas conservadoras que o contrariam como redução da maioria penal e toque de recolher;
- ✓ Defesa dos direitos da pessoa idosa e repúdio a todas as formas de violência praticada contra os mesmos;
- ✓ Posicionamento radicalmente crítico à precarização das relações de trabalho e defesa dos direitos da classe trabalhadora;
- ✓ Respeito a diversidade e à liberdade de orientação sexual e defesa dos direitos da população LGBTTT;
- ✓ Luta pelo direito à proteção social para todos/as que se encontram excluídos/as das relações de trabalho, por meio da universalização das políticas e dos direitos sociais.

A atuação do CFESS na sociedade brasileira se dá por meio de atividades realizadas, tais como realização do projeto *Ética em Movimento*, da aproximação com a categoria da elaboração e divulgação do posicionamento do CFESS principalmente através do CFESS manifesta, da intensificação do debate sobre a agenda feminista no Serviço Social, do apoio e participação nas lutas em defesa dos interesses da classe trabalhadora, da continuidade de ações políticas de apoio à aprovação do PLC 122 06 que versa sobre a criminalização da homofobia, da articulação com os movimentos sociais em defesa dos direitos humanos. Estas são algumas das diversas formas de atuação do conselho. Além disso, sua participação em Fóruns e Conselhos deliberativos de organização da sociedade civil é um instrumento importante no debate para a tomada de decisões.

É importante destacarmos a participação efetiva do CFESS nos seguintes conselhos: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (CONANDA), Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNI), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Conselho Nacional de Saúde (CNS), dentre outros.

Estas atividades estratégicas, realizadas pelo CFESS são evidenciadas na medida em que sua contribuição se coloca como importante para discutirmos as políticas públicas do estado Brasileiro. Esta contribuição não versa só nas representações



dos conselhos e em conferências e eventos não promovidos pelo CFESS, mais também se fazem presentes e influenciam no fortalecimento dos fóruns, estudos, pesquisas e publicações para fundamentar a defesa de direitos humanos.

Estas diretrizes de ação do CFESS nos mostram o quanto a luta por direitos é necessária nesta sociedade. As diversas formas de violações de direitos sofridas pela população na sociedade brasileira são desafiantes ao trabalho dos/as assistentes sociais na contemporaneidade. E por isso precisamos nos munir de um arsenal de elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que superam a superficialidade da apreensão do real. É preciso encarar esta problematização de uma forma crítica estabelecendo as conexões necessárias para uma atuação de qualidade.

O CFESS, desde sua reformulação<sup>26</sup> vem afirmando sua orientação e vinculação a uma postura crítica, diferente da época de sua criação. Neste período o caráter corporativo, com forte influência da burocracia e controle eram características do conselho que não tinha autonomia e exercia o controle político do Estado sobre os profissionais, demarcando a regulação estatal no que concerne ao exercício profissional<sup>27</sup>.

A renovação do CFESS se deu com a reformulação dos instrumentos normativos (Política Nacional de Fiscalização, Código de Ética Profissional e Lei de regulamentação). É entre o final de 1979 e início de 1980 que o CFESS inicia seu processo de renovação:

Sintonizada com as lutas pela redemocratização da sociedade, parcela da categoria profissional, vinculada ao movimento sindical e às forças mais progressistas, se organiza e disputa a direção dos Conselhos Federal e Regionais, com a perspectiva de adensar e fortalecer esse novo projeto profissional. Desde então, as gestões que assumiram o Conselho Federal de Serviço Social imprimiram nova direção política às entidades, por meio de ações comprometidas com a democratização das relações entre o Conselho Federal e os Regionais, bem como articulação política com os movimentos sociais e com as demais entidades da categoria, e destas com os profissionais. (Site CFESS, Acesso em 2014)

---

<sup>26</sup> É a partir do congresso da virada que há uma reconfiguração nas entidades de Serviço Social.

<sup>27</sup> Site do CFESS, [http://www.cfess.org.br/cfess\\_historico.php](http://www.cfess.org.br/cfess_historico.php) acesso em 07/05/2014.

Neste cenário o CFESS se insere na cena política brasileira trazendo debates críticos em torno de temas que fazem parte do contexto de vida da população brasileira e também dos/as assistentes sociais. Em sua agenda profissional de luta estes temas estão relacionados ao direito ao trabalho, a saúde, pela ampliação do financiamento dos serviços e a melhora na sua qualidade, contra a violência contra a mulher, luta contra o preconceito e todas as formas de opressão, pela livre orientação e expressão sexual, contra todas as formas de violências étnico-raciais, contra o trabalho escravo, contra a exploração sexual, enfim contra todas as formas de violência e a favor de uma sociedade ancorada nos preceitos éticos de liberdade e igualdade. Todos estes debates constituem, e ao longo do tempo vem sendo evidenciados na agenda profissional, e discutidos pela categoria se colocando como indispensáveis na luta pelos direitos humanos.

O CFESS além de discutir temáticas que envolvem o exercício profissional e a profissão também traz muitos debates para a sociedade e isso se torna uma das características do Conselho, a conexão com a sociedade, seu tempo histórico a conjuntura e as alternativas propostas de intervenção.

Mesmo sendo o CFESS uma entidade que estabelece um diálogo maior com a realidade, podemos identificar alguns desafios presentes na defesa dos direitos (Relatório CFESS, 2009):

- Necessidade de aprofundar a realização de trabalho conjunto com a Comissão de Fiscalização;
- Construção de estratégias que potencializem a visibilidade da dimensão ética e da defesa dos direitos humanos nos espaços de representação do CFESS (Conselhos de Direitos, Fóruns e Comissões);
- Necessidade de aprimorar a articulação política entre o CFESS e outros sujeitos coletivos que atuam nas contradições do sistema capitalista e na defesa intransigente de um projeto societário emancipatório.

Tendo como norte uma atitude crítica e orientando ações concretas na luta em defesa dos direitos humanos, o CFESS tem encarado uma luta incessante de resistência a barbárie afirmada pelo capitalismo na contemporaneidade. Barbárie expressa pela negação do direito por parte do Estado, pelo sucateamento das

políticas públicas, pela política econômica que cada dia vem trazendo consequências ruins para o trabalho, pela violência em suas diversas expressões, pela naturalização da pobreza, pela exploração, pela falta de moradia, saúde, educação dignas.

Mesmo com estas adversidades e desafios, o CFESS trabalha na direção de fortalecer e afirmar o “Projeto Ético-Político Profissional e a luta por uma sociedade anticapitalista” (Relatório CFESS, 2010, p.39). Neste sentido as ações do CFESS se orientam “por princípios e valores emancipatórios em defesa da ética e dos direitos humanos” (idem, 2010, p.39).

Conforme evidencia o Relatório do CFESS de 2010 o próprio Estado brasileiro protagoniza inúmeras violações de direitos:

“Prevalecem na ordem do dia situações emblemáticas de violações de direitos relacionadas à violência contra a mulher, contra a população LGBT, pessoa idosa, crianças e adolescentes. O crime da escravidão contemporânea é uma realidade no Brasil, conforme relatório de Direitos Humanos sobre o país, elaborado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos relativo ao ano de 2010. Isto significa concretamente que a população brasileira continuou submetida a intensos processos de violação dos seus direitos. Desemprego, violência, discriminação, preconceitos e reprodução crescente das expressões da Questão Social se repetem insistentemente na vida cotidiana.” (Relatório CFESS, 2010, p.39)

O CFESS atua no sentido de partilhar a perspectiva que defende sobre direitos humanos e neste sentido faz a divulgação desta concepção através de atividades em eventos, cursos, espaços de representação e publicação sobre a temática por meio do CFESS Manifesta, notas públicas, matérias dispostas no *site* e demais documentos produzidos pelo Conselho.

É recorrente nos relatórios de atividade, mais precisamente na avaliação, identificarmos a perspectiva do CFESS no que concerne ao fortalecimento do Projeto Ético-Político Profissional bem como da agenda programática do Conjunto CFESS/CRESS. Isto se torna essencial, pois a cada dia são registradas inúmeras violações de direitos humanos, e a explicitação de um compromisso ético-político é primordial para identificarmos a importância histórica do CFESS não só no que concerne aos profissionais de Serviço Social, mas também a sociedade.

Neste processo de avaliação ainda enquanto desafios podemos destacar (Relatório CFESS 2010, p.57):

- Necessidade e intensificar a visibilidade dos posicionamentos do CFESS frente a violação dos direitos humanos e afirmação de uma agenda emancipatória em defesa dos direitos;
- Dar continuidade à construção de estratégias que potencializem a visibilidade da dimensão ética da defesa dos direitos humanos nos espaços de representação do CFESS;
- Intensificar o debate junto a categoria de assistentes sociais sobre posicionamento do Conjunto CFESS/CRESS favorável as políticas de ações afirmativas e à descriminalização e à legalização do aborto;
- Necessidade de aprimorar a articulação política entre CFESS e outros sujeitos coletivos que atuam nas contradições do sistema do capital e na defesa intransigente de um projeto societário emancipatório.

Este estudo demonstra o quanto a forma de sociabilidade capitalista coroe a convivência entre os homens e mulheres. É um sistema autodestrutivo que evidencia a cada dia a

[...] regressão de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora, impunidade frente aos crimes praticados no período da ditadura, criminalização dos movimentos sociais, avanço do conservadorismo moral e inúmeras experiências de barbárie, com destaque para a violência sexista e de gênero praticada contra as mulheres, o extermínio de jovens, sobretudo negros, violência contra os povos indígenas e contra a população em situação de rua, os crimes com requintes de crueldade praticados contra lésbicas, gays, travestis e transexuais e a omissão do Estado frente à apuração dos crimes praticados durante a ditadura. (Relatório CFESS, 2012)

É neste cenário de incerteza que o CFESS traça suas ações de luta e que encara as diversas violações de direitos enquanto crimes, ou seja, entendendo que “no mundo de desigualdade toda violação de direitos é violência”.

Através desta pesquisa podemos identificar que a luta histórica por direitos, defendida pelo CFESS na atualidade, reafirma a necessidade de rompermos com os valores conservadores impressos na sociedade capitalista, direcionando a atuação profissional para valores realmente libertários e igualitários.

### 4.3 “LUTA POR DIREITOS, ROMPER COM A DESIGUALDADE: O QUE O SERVIÇO SOCIAL DEFENDE”

Os compromissos ético-políticos profissionais do Serviço Social para com a sociedade brasileira, em especial a classe trabalhadora é expressão da indignação das desigualdades econômicas e sociais presente no país. O Fosso entre ricos e pobres e a concentração de renda são características que fazem parte da realidade brasileira,

“O Brasil possui uma das mais elevadas taxas de concentração de renda, riqueza e propriedade do mundo. A acumulação e a ostentação de riqueza por uma minoria convivem com cenários extremamente pobres que revelam as péssimas condições de vida e de trabalho de imensa parcela da população, e deixam a nu nossa gritante desigualdade. (CFESS Manifesta, 2009)

É necessária a luta por direitos, que seja contra toda a estrutura atual de dominação/exploração e desigualdade que evidenciamos na sociabilidade capitalista, assim a defesa de um projeto emancipatório em defesa de uma sociedade com valores libertários, concomitantemente essa organização de luta pautada nesses valores.

O enfrentamento a esta estrutura social é o caminho defendido pelo CFESS em suas manifestações, que afirma que este enfrentamento “e a ruptura com essa desigualdade estrutural, reiterada e banalizada, só é possível com a superação da condição que produz essa desigualdade: a apropriação privada da riqueza socialmente produzida”. (CFESS Manifesta, 2009)

Para tanto a defesa da *universalização dos direitos como mediação na luta pela socialização da riqueza e superação da desigualdade* deve ser mais que uma bandeira a ser erguida por todos, deve ser um objetivo a ser alcançado.

É opondo-se a essa realidade, temos a possibilidade de fazermos uma análise crítica e intervirmos de forma concreta a acertada construindo estratégias sócio-políticas de atuação concatenadas à “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1999, p. 18).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, apreendemos que apesar da conjuntura ser de regressão de direitos, as lutas travadas pelo CFESS se direcionam para o enfrentamento político e um posicionamento de resistência aos ataques conservadores ao direcionamento da categoria de assistentes sociais que se vinculam a perspectiva crítica da profissão e que fazem oposição ao capital. Desta forma evidencia a efetivação dos princípios do Projeto Ético-Político Profissional que orienta a luta para defesa intransigente dos direitos humanos e mais tendo como horizonte a conquista de uma sociedade justa, livre da exploração e opressão.

É neste sistema que a desigualdade opera e a violação de direitos é uma constante contrastando com o pseudodiscurso que afirma que o capitalismo é o fim da história, o ultimo estágio de produção social e que nele realizaremos a satisfação de todas as nossas necessidades. Na realidade, neste modo de produção,

A violência encrudesce em todas as dimensões da vida social e atinge mais brutalmente os segmentos historicamente explorados e oprimidos da população. “Todos os dias os direitos sociais e humanos são violados no Brasil.” (CFESS, 2008)

Assim, a luta pela garantia dos direitos, arduamente conquistados pela classe trabalhadora, é condição imprescindível para pensarmos a atuação de Assistentes Sociais no Brasil.

O CFESS enquanto uma entidade representativa da categoria de assistentes sociais brasileiros vem trazendo em sua agenda política a pauta histórica da defesa intransigente dos direitos humanos.

Diante do exposto, foi possível apreender que a importância do CFESS na sociedade brasileira vai além da relevância de sua atividade de orientação e fiscalização do exercício profissional. Esta importância se faz presente também em seu modo de expor suas apreensões e críticas sobre os principais temas e assuntos discutidos em sociedade.

Desta forma apreendemos que o objetivo maior da atuação do CFESS na sociedade brasileira é na luta cotidiana com a construção de um Serviço Social

comprometido com uma sociedade humana e humanizadora, livre de todas as formas de discriminação, opressão e exploração.

*A vida anda árida  
É um tempo de poucos sonhos,  
De parca coragem,  
De irracionalidades,  
De dores, injustiças, barbárie,  
Mas sinto que amanhã é o dia de luta.  
Assim como foi o dia de ontem  
E como sempre será: acasos, recomeço  
Tormentas e novos caminhos a serem trilhados  
Pelos nossos pés de história  
**(Andréa Lima)***



## BIBLIOGRAFIA

MARX, Karl. ENGELS Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Álvaro Pina. – 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

IAMAMOTO. **Marilda Villela. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. -33. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. **O Projeto Ético Político Profissional Trinta Anos Depois: sentido e desafios**. In: CFESSQ/ABEPSS/CRESS – SP. 30 anos do Congresso da Virada (1979-2009).

BRAZ, Marcelo. **A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos**. In: CFESS. Revista Inscrita n.10, Ano VII. Brasília, 2007.

NETTO, José Paulo. **Das ameaças à crise**. In: CFESS. Revista Inscrita n.10, Ano VII. Brasília, 2007.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. **Limites e Possibilidades Históricas do Projeto Ético-Político**. In: CEFESS. Revista Inscritanº 12, ano IX Brasília,2009.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. – 10ª. ed. rev. e atual. – [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão**. – 10ª. ed. rev. e atual. – [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

MOTA, Ana Elizabete. AMARAL. **Projeto Profissional e Projeto Societário**. : CEFESS. Revista Inscrita nº 12, ano IX Brasília,2009.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **A Inscrição da Ética e dos Direitos Humanos no Projeto Ético-político do Serviço Social.** In Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, Ano XXV, N.79, 2004.

NETTO. José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente a Crise Contemporânea.** In Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 01: Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

GUERRA, Yolanda. **As Dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução Crítica das Demandas Contemporâneas.**

TONET, Ivo. Ética e capitalismo. In: Revista Presença Ética Ano 2 - n.2 v.2 GEPE:UFPE: Recife, 2002

BOSCHETTI, Ivanete. Direitos Humanos, Trabalho e Socialização da Riqueza no Brasil. In: CFESS Manifesta: Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta (2008-2011). 2009.

CFESS Manifesta. Seminário Nacional de Serviço Social e Direitos Humanos. Palmas 2012.

\_\_\_\_\_. Manifesta. Lutar por Direitos, Romper com a Desigualdade. Brasília, Outubro de 2009.

\_\_\_\_\_. Relatório Anual de Gestão, exercício de 2008. Gestão Atitude Crítica Para Avançar na Luta. Brasília, Março de 2009.

\_\_\_\_\_. Relatório Anual de Gestão, exercício de 2009. Gestão Atitude Crítica Para Avançar na Luta. Brasília, Fevereiro de 2010.

\_\_\_\_\_. Relatório Anual de Gestão, exercício de 2010. Gestão Atitude Crítica Para Avançar na Luta. Brasília, Fevereiro de 2011.

\_\_\_\_\_. Relatório Anual de Gestão, exercício de 2011. Gestão Atitude Crítica Para Avançar na Luta e Gestão Tempo de Luta e Resistência. Brasília, Fevereiro de 2012.

\_\_\_\_\_. Relatório Anual de Gestão, exercício de 2012. Gestão Tempo de Luta e Resistência. Brasília, Fevereiro de 2013.

BARROCO. Maria Lúcia. Barbárie e Neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. In: Serviço Social e Sociedade, nº 106/2008.

BARROCO. Maria Lúcia. “O significado Sócio-histórico dos Direitos Humanos e o Serviço Social”. Palestra apresentada na mesa Conflitos Globais e a violação dos Direitos Humanos: a ação do Serviço Social em 18/08/2008 – Conferência Mundial de Serviço Social da Federação Internacional de Trabalho –Salvador (Bahia).

CFESS Manifesta. Serviço Social e Direitos Humanos. Seminário Nacional de Serviço Social e Direitos Humanos, Palmas, 4 de Setembro de 2012. Gestão Tempo de Luta e Resistência.

IAMAMOTO, Marilda Vilella,. Atribuições Privativas do(a) Assistente Social em Questão. In: Conselho Federal de Serviço Social. 1º Ed ampliada, 2008.

\_\_\_\_\_. A Questão Social no Capitalismo. In: Revista Temporális. Ano II, n. 3º - Janeiro a Junho de 2001.

MÉSZÁROS, István. Marxismo e Direitos Humanos. In: Para Além do Capital: rumo a uma teoria de transição. 1.ed. revista. – São Paulo: Boitempo, 2011.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questões e desafios da luta por direitos. CFESS, In: Revista INSCRITA, ano VII – Nº X – Novembro de 2007.

\_\_\_\_\_. Direitos Humanos, dominação ideológica e resistência. CFESS, In: Revista INSCRITA, ano VIII – Nº XI – Maio de 2009.

TRINDADE, J. D. L. Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels: Emancipação política e emancipação humana. – 1. ed. – São Paulo: Alfa-Ômega, 2011

\_\_\_\_\_. História social dos Direitos Humanos. In: Novos Rumos, ano 17, nº 37. 2002.

# Apêndices:

## **ROTEIRO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL**

- 1) Como ocorre a inserção do tema Direitos Humanos no Serviço Social?**
  
- 2) Qual a perspectiva e o direcionamento, no que concerne ao debate sobre Direitos Humanos que defende o CFESS?**
  
- 3) Quais os principais temas e embates sobre Direitos Humanos Presentes na agenda profissional do CFESS?**
  
- 4) Quais os principais interlocutores e opositores do CFESS na defesa dos Direitos Humanos?**
  
- 6)Quais as estratégias tomadas pelo CFESS na defesa dos Direitos Humanos?**
  
- 7) Quais as principais dificuldades enfrentadas pelo CFESS na defesa dos Direitos Humanos?**